

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

TARCIANA OLIVEIRA DA SILVA AROEIRA

**EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
(POLO MONTANHA-ES)**

**SÃO MATEUS-ES
2020**

TARCIANA OLIVEIRA DA SILVA AROEIRA

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
(POLO MONTANHA-ES)

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Teles Moura

SÃO MATEUS-ES
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

A769e

Aroeira, Tarciana Oliveira da Silva.

Educação a distância e a formação profissional: estudo de caso na Universidade Aberta do Brasil (polo Montanha - ES) / Tarciana Oliveira da Silva Aroeira – São Mateus - ES, 2020.

104 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof^a. Dr^a. Luciana Teles Moura.

1. Educação a distância. 2. Qualificação profissional. 3. Empregabilidade. 4. Universidade Aberta do Brasil. I. Moura, Luciana Teles. II. Título.

CDD: 378.03

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

TARCIANA OLIVEIRA DA SILVA AROEIRA

**EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL,
POLO MONTANHA - ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 14 de março de 2020.

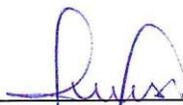
COMISSÃO EXAMINADORA



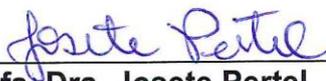
Prof. Dra. Luciana Teles Moura
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Marcus Antenius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Josete Pertel
Faculdade Multivix São Mateus

RESUMO

AROEIRA, Tarciana Oliveira da Silva. **Educação à Distância e a formação profissional: Estudo de Caso na Universidade Aberta do Brasil, (Polo Montanha-ES)**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, 2020.

A presente pesquisa aborda como objetivo geral compreender a importância da Educação a Distância para a formação profissional dos egressos da Universidade Aberta do Brasil do Polo Montanha (ES) e como objetivos específicos pretende identificar a percepção dos egressos sobre o ensino oferecido, e avaliar/estudar a sua empregabilidade após a conclusão do curso. Atualmente o número de cursos a distância tem apresentado um aumento exponencial, através da interiorização das instituições de ensino superior, dentre estas, está a Universidade Aberta do Brasil, que mantém polos em centenas de cidades do país, atuando em forma de consórcio com instituições públicas, estados e municípios. Um dos polos da UAB está situado no município de Montanha (ES), que oferece os cursos de Licenciatura e especialização ofertados pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Este estudo foi desenvolvido por meio da pesquisa descritiva, exploratória e transversal e quanto a abordagem, se classifica como qualitativa e quantitativa. A amostra do estudo é formada por egressos dos cursos de graduação da Universidade Aberta do Brasil, Polo Montanha-ES. A coleta de dados foi realizada através de um questionário semi-estruturado, aplicado através de um formulário criado no aplicativo Google Docs, uma tecnologia da web, contendo 16 perguntas, analisando as características sociodemográficas da amostra averiguando as percepções sobre o curso realizado, bem como o aumento da empregabilidade e posição no mercado de trabalho. Para a análise quantitativa dos dados, estes foram automaticamente tabulados no próprio Google, obtendo-se a frequência absoluta e o percentual de cada item. Os resultados deste estudo mostram o perfil do aluno da Educação a Distância, constatando que os alunos da UAB Polo Montanha são, em sua maioria, sendo 74% do sexo feminino, e 39% na faixa etária de 31 a 50 anos, responsáveis pela renda de 2 a 5 pessoas. Por ser um público adulto, que provavelmente já está inserido no mercado de trabalho, os métodos de ensino da EAD podem ser a alternativa mais viável de se capacitar e dar continuidade aos estudos. Conclui-se que, na visão dos estudantes, a UAB Polo Montanha oferece cursos de excelente qualidade, integrando-os na comunidade acadêmica e levando-os a uma melhoria profissional e pessoal, além do aumento da renda, tendo sido considerado positivo em todos os aspectos.

Palavras-chave: Educação a Distância. Qualificação Profissional. Empregabilidade. Universidade Aberta do Brasil.

ABSTRACT

AROEIRA, Tarciana Oliveira da Silva. **Education for Vocational Training: Case Study at the Open University of Brazil, Polo Montanha-ES.** 2020. Dissertation (Master Degree) – Faculdade Vale do Cricaré, 2020.

One of the biggest challenges for economically emerging countries, such as Brazil, is to have trained and qualified labor to support their development. Due to rapid changes and innovations, educational institutions, however great their efforts, are unable to meet this demand in person, resulting from the increasing expansion of distance education (EAD). This is a reality not only in Brazil, but in other countries, especially the emerging ones. The number of distance learning courses has shown an exponential increase, through the interiorization of higher education institutions. Among these is the Open University of Brazil, which maintains centers in hundreds of cities in the country, acting in the form of a consortium with public institutions, states and municipalities. One of the UAB's centers is located in the municipality of Montanha, which offers undergraduate and specialization courses offered by the Federal University of Espírito Santo (UFES) and the Federal Institute of Espírito Santo (IFES). In this context, the present research has as general objective to analyze the importance of Distance Education for the professional formation of the graduates of the Open University of Brazil, Polo Montanha and as specific objectives to identify the perception of the graduates about the offered education, as well as their employability after completion of the course. This study will be developed through descriptive, exploratory and cross-sectional research and as far as the approach is concerned, it is classified as qualitative. The study sample will consist of graduates from undergraduate courses at the Open University of Brazil, Polo Montanha-ES. Data collection was carried out through a semi-structured questionnaire, applied through a form created in the Google Docs application, a web technology, containing 16 questions, analyzing the sociodemographic characteristics of the sample, verifying the perceptions about the course carried out, as well as the increased employability and position in the labor market. For the quantitative analysis of the data, these were automatically tabulated on Google itself, obtaining the absolute frequency and percentage of each one. The results of this study did not differ from other studies carried out on the profile of the student of Distance Education, noting that the students of UAB Polo Montanha are mostly female, with the majority in the age group of 31 to 50 years old, responsible for the income of 2 to 5 people. As it is an adult audience, which is probably already inserted in the job market, EAD teaching methods can be the possible alternative to train and continue studies. It is concluded that, in the students' view, UAB Polo Montanha offers courses of excellent quality, integrating them in the academic community and leading them to a professional and personal improvement, in addition to increasing income, having been considered positive in all aspects.

Keywords: Distance education. Professional qualification. Employability Open University of Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Iluminura de Laurentius de Voltonila.....	14
Figura 2	Distribuição dos polos por estado – 2019.....	17
Figura 3	Gerações de EAD.....	23
Figura 4	Evolução histórica da EAD.....	25
Figura 5	Quantidade de cursos oferecidos em EAD, 2017-2018.....	29
Figura 6	Matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino, 2008-2018.....	30
Figura 7	Matrículas em cursos de licenciatura, por sexo, organização acadêmica, categoria e modalidade.....	30
Figura 8	Matrículas em cursos de graduação tecnológicos, por modalidade de ensino, 2008-2018.....	31
Figura 9	Pirâmide etária do município de Montanha.....	49
Figura 10	Perfil da amostra.....	51
Figura 11	Motivos para a procura do curso.....	52
Figura 12	Motivo pela opção de um curso a distância.....	54
Figura 13	Contribuição do curso para o aumento da renda.....	55
Figura 14	Tempo até atuar na área de formação.....	56
Figura 15	Participação na comunidade acadêmica.....	57
Figura 16	Indicaria um curso na instituição.....	58
Figura 17	Sente-se capacitado e seguro após o curso.....	59
Figura 18	Contribuição da formação para melhoria pessoal.....	60
Figura 19	Contribuição da formação para melhoria profissional.....	61
Figura 20	Realização de outros cursos no Polo Montanha.....	62
Figura 21	Qualidade do curso.....	63
Figura 22	Discriminação no mercado de trabalho.....	64

LISTA DE SIGLAS

CEFOR	Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância
EAD	Educação a Distância
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
PROUNI	Programa Universidade para Todos (ProUni)
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNIMES	Universidade Metropolitana de Santos
UNINOVE	Universidade Nove de Julho

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	21
2.2 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	26
2.3 CARACTERÍSTICAS E VANTAGENS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	31
2.4 IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO.....	35
2.5 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE	38
2.5.1 A importância da empregabilidade no novo cenário do trabalho	39
2.5.2 Qualificação e educação	42
2.6 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	45
3 METODOLOGIA	48
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES	77
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	77
APÊNDICE B – PROPOSTA DE SEMINÁRIO	81

1 INTRODUÇÃO

Este estudo é fruto de questionamentos feitos pela pesquisadora, que atua na área educacional há 13 anos, sobre a empregabilidade dos estudantes de cursos a distância, após ter atuado como tutora presencial na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e na Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), bem como tutora a distância do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (CEFOR) e como gestora de Polo EAD da Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Assim, ao ingressar no Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, buscou desenvolver sua pesquisa com um tema relacionado ao desenvolvimento Regional, levando em consideração que aqueles que residem longe dos grandes centros muitas vezes não têm outra opção de ingressar no ensino superior presencial.

A expansão do ensino superior no Brasil está associada à demanda por capital humano qualificado, podendo também ser explicada por outros fatores, como aumento da renda familiar, pressão de grupos sociais menos privilegiados para acesso à educação e ações do Estado para a ampliação de vagas e de instituições, com programas voltados à inclusão da população mais carente, como o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), Programa Universidade para Todos (ProUni) ou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), além da política de cotas (BARROS, 2015).

Entretanto, algumas pessoas têm dificuldades em ingressar no ensino superior, pois, vivem em locais onde não possuem esses recursos presenciais.

Para muitos, mudar para grandes centros que possuem disponibilidade de cursos, abandonando a família e emprego, não é uma opção viável. Entretanto, é cada vez mais necessário que o trabalhador se qualifique e continue se especializando ao longo da carreira, do contrário, seus conhecimentos tornam-se rapidamente defasados ou desatualizados, perdendo, com isso, sua empregabilidade (GENTILI, 2013), que muitas das vezes é base do seu sustento e da sua família.

A noção de empregabilidade tem contornos pouco definidos e se presta a diversos usos. Na literatura econômica e análises estatísticas, este termo diz respeito à passagem da situação de desemprego para a de emprego, ou seja, é definida como probabilidade de saída do desemprego ou como capacidade de obter

uma colocação no mercado de trabalho. Outros a definem como aptidão dos trabalhadores em conquistar um emprego e mantê-lo, sobrevivendo e prosperando numa sociedade que apresenta com grande dificuldade em oferecer serviços (OLIVEIRA, 2007).

Embora exista uma definição teórica de empregabilidade, na qual a presente pesquisa apoia-se na visão do Gentili 2013, onde se relaciona o capital humano qualificado e a renda familiar, porém, uma outra perspectiva mostra que deve-se reconhecer que as escolhas de um empregador ao contratar uma pessoa são influenciadas por diferentes fatores. As percepções de funcionários em potencial com as mesmas qualificações variam de acordo com as tradições dos empregadores, os preconceitos sociais e até o nepotismo, os quais podem influenciar a contratação mais do que as qualificações (TORQUATO, 2011).

Por outro lado, um empregador pode exigir habilidades que estão fora da área de estudo do ensino superior, dando menos importância a essas em favor das habilidades mais genéricas. Os empregadores geralmente consideram o conhecimento acadêmico e as titulações como necessárias, mas não suficientes para um recrutamento. Realizações fora dos limites das atividades curriculares, como experiência de trabalho e envolvimento na sociedade, são vistos como tendo igual importância nesse contexto que o conhecimento e a experiência adquiridos através do estudo acadêmico (PICCININI; TOLFO, 2007).

Se tornar empregável é o objetivo de todo trabalhador. Assim, busca-se na educação superior adquirir a sonhada empregabilidade, entendendo que esta parece ser a única resposta a um mandamento urgente; ou seja, obter uma resposta significativa do mercado. Isso inclui a escolha da universidade de maior prestígio, a matrícula nos cursos com maior retorno financeiro, a participação nas atividades que melhoram o currículo, entre muitas outras, para que, ao concluir o curso superior, tenha maiores chances de conseguir um emprego que dê retorno ao investimento educacional (TORQUATO, 2011).

A educação, portanto, atua como um indicador de habilidades e as pessoas investem no ensino para sinalizar aos empregadores que possuem aquelas consideradas necessárias, o que diminui a percepção de risco durante o processo de contratação. Nesse contexto, a educação é apresentada como um servidor que repassa os dados ao usuário à frente, e não um processo através do qual a habilidade é desenvolvida. Como resultado, a educação oferece aos estudantes a

oportunidade de adquirir habilidades comercializáveis e aumentar suas habilidades relevantes para o trabalho (PICCININI; TOLFO, 2007).

A falta de qualificação profissional, dificuldades de capacitação, relacionamentos pessoais, dificuldades de solucionar problemas e gerenciar processos têm sido as principais questões que afetam a empregabilidade dos profissionais para se posicionarem melhor no mercado de trabalho. Agregada a esta realidade, que não é novidade, tem-se a postura da grande maioria de empresas que, em nome de um novo conceito de empregabilidade, deixam de investir em treinamento profissional. Assim, cada vez mais, cabe ao profissional fazer um alto investimento em sua carreira, assim ficará mais competitivo e mais valorizado (HEDAL; ROCHA, 2011).

O paradigma dominante na economia é a Teoria do Capital Humano, que sugere que a educação e o treinamento são investimentos que tornam os indivíduos genuinamente mais produtivos, que terão, por sua vez, maiores ganhos e serão mais empregáveis. O retorno econômico privado ao investimento em educação ou treinamento, ou seja, o ganho para os indivíduos pode, portanto, ser medido pelo que acumulou como resultado de seu investimento (VIANA; LIMA, 2010).

Os formuladores de políticas de todo o mundo tendem a aceitar inquestionavelmente a premissa de que o investimento em educação e treinamento é uma coisa boa, com a maioria comprometida com o investimento em capital humano, incluindo Educação e Treinamento Profissional, como um meio de garantir maior crescimento econômico e prosperidade nacional, bem como alcançar metas de capital próprio. No entanto, também há o argumento reverso, ou seja, que indivíduos mais capazes e produtivos tendem a investir em mais educação. Em outras palavras, a educação não necessariamente o torna mais produtivo; ela simplesmente atua como um dispositivo de classificação caro, para permitir que os empregadores identifiquem indivíduos mais capazes (VIANA; LIMA, 2010).

Alves (2005) alega que a ênfase política na educação e nas habilidades como principal fator de crescimento econômico exagera a importância dos investimentos em capital humano e que uma das principais funções da educação é atuar como um dispositivo de classificação e, em certa medida, um discriminador social.

Os benefícios se acumulam ao longo da vida, através de ganhos maiores no mercado de trabalho, acesso a melhores empregos, maior probabilidade de emprego e melhor saúde. Também existem benefícios psíquicos decorrentes do

aprimoramento do status social e do prestígio associado a níveis mais altos de educação. Embora a motivação dos indivíduos para prosseguir a escolaridade possa diferir e os custos e benefícios psíquicos possam variar bastante, dependendo da personalidade, das expectativas de retorno e de outras características, também existem os benefícios não monetários, privados e públicos, associados ao nível educacional (ALVES, 2005).

Indivíduos que investiram em educação e treinamento para o emprego geralmente têm mais estabilidade no trabalho, melhoram a saúde (por exemplo, exercitam-se regularmente, comem melhor), são mais propensos a receber seguro de saúde e benefícios fornecidos pelo empregador e geralmente aumentam o capital social e cultural, que muitas vezes permite a mobilidade ascendente (PIRES, 2005).

A teoria do capital humano vê a educação como um investimento e considera que esta pode trazer benefícios econômicos para o indivíduo, além de promover o crescimento econômico nacional e melhorar a produtividade individual, tornando os retornos da educação o fator principal para indivíduos e famílias investirem em cursos (PIRES, 2005). Assim, essa é uma razão importante para o estabelecimento da EAD, pois, conforme a Lei de Diretrizes bases 9.394/1996, o Poder Público incentiva a veiculação de programas de ensino a distância, em diversos níveis e modalidade de ensino, e de educação continuada, seguindo um regulamento específico desta ferramenta, que de certa forma contribui para a redução dos custos referente ao desenvolvimento do curso, e permitindo que as pessoas tenham acesso a formação, mesmo estando distante dos grandes centros. A redução dos custos para a estruturação da modalidade ofertada, afetam diretamente no valor a ser oferecido para o indivíduo, procurando não perder a qualidade do mesmo que dessa forma promove o desenvolvimento e o investimento de capital humano.

Um dos maiores desafios para países emergentes economicamente, como o Brasil, é dispor de mão de obra preparada e qualificada para dar sustentação ao seu desenvolvimento. Devido às rápidas mudanças e inovações, as instituições de ensino, por maiores que sejam seus esforços, não conseguem atender presencialmente a esta demanda, advindo deste fato a expansão cada vez maior da educação a distância (EAD). Esta é uma realidade não apenas do Brasil, mas em outros países, principalmente os emergentes (PICCININI; TOLFO, 2007).

As pessoas sempre aprenderam através de meios abertos e flexíveis. Desde os pregadores e contadores de histórias itinerantes, menestréis errantes e grupos de

artistas, além dos antigos filósofos, que também reuniam em torno de si pessoas interessadas em ouvir, debater e compartilhar ideias. No entanto, foi a invenção da imprensa que realmente permitiu o início da EAD (PRETI, 2009).

Séculos depois, o serviço postal criou a oportunidade para um sistema de abordagem planejada para o desenvolvimento de uma educação aberta, flexível e a distância. A partir disso, o acesso a oportunidades de aprendizagem para uma gama maior de pessoas começou a se abrir, com o objetivo de oferecer oportunidades educacionais a indivíduos incapazes (ou não) de frequentar uma instituição tradicional (KENSKI, 2011).

Ao longo dos anos, os meios para a entrega dessa educação foram desenvolvidos a partir de cursos básicos de correspondência impressos, caracterizados por atrasos e isolamento do aluno, diferentes dos cursos via Web, que reduzem os atrasos e podem reduzir também esse isolamento. A popularidade da EAD tem sido influenciada pelos avanços tecnológicos, mudança nas características dos alunos, por legislação de amparo a essa modalidade e pela demanda por maior acesso ao ensino superior (PETERS, 2009).

A tecnologia impactou quase todos os aspectos da vida e a educação não é exceção, apesar de certa forma, parecer à mesma de anos passados. Uma ilustração do século XIV, de Laurentius de Voltolina, retrata uma aula em uma universidade na Itália medieval (Figura 1). A cena é facilmente reconhecível devido aos seus paralelos com os dias modernos: o professor explica o conteúdo na frente da sala, enquanto os alunos se sentam em filas e ouvem; alguns têm livros abertos na frente deles e parecem estar acompanhando; outros parecem entediados; outros estão conversando com seus vizinhos e um parece estar dormindo. As salas de aula dos dias atuais não parecem muito diferentes, embora se possam encontrar estudantes modernos olhando para laptops, tablets ou smartphones em vez de livros. Assim, a um primeiro olhar, se poderia dizer que a tecnologia nada fez para mudar a educação.

Figura 1 – Iluminura de Laurentius de Voltonila



Fonte: MARTINS, 2017

No entanto, de várias maneiras, a tecnologia mudou profundamente a educação. Por um lado, expandiu bastante o acesso à educação. Nos tempos medievais, os livros eram raros e apenas uma elite tinha acesso às oportunidades educacionais. Os indivíduos tinham que viajar para centros de aprendizado para obter uma educação. Atualmente, praticamente no início do Século XXI, enormes quantidades de informações (livros, áudio, imagens, vídeos) estão disponíveis na ponta dos dedos pela Internet e oportunidades de aprendizado formal estão disponíveis on-line em todo o mundo. Assim, o acesso a oportunidades de aprendizado é sem precedentes em termos de escopo, graças à tecnologia (MARTINS, 2017).

As oportunidades de comunicação e colaboração também foram ampliadas pela tecnologia. Tradicionalmente, as salas de aula são relativamente isoladas e a colaboração é limitada a outros alunos no mesmo ambiente. Entretanto, a tecnologia tem permitido formas de comunicação e colaboração nunca sonhadas no passado. Os alunos de uma sala de aula no interior do Ceará, por exemplo, podem aprender sobre o Ártico, seguindo a expedição de uma equipe de cientistas da região, ler as postagens no blog dos cientistas, ver fotos, enviar e-mails e até conversar com os cientistas, por meio de uma videoconferência. Os alunos podem

compartilhar o que estão aprendendo com os alunos de outras salas de aula de outros estados, que estejam acompanhando a mesma expedição (SAMPAIO; LEITE, 2008).

A tecnologia também começou a mudar os papéis de professores e alunos. Na sala de aula tradicional, como a que se observa na ilustração de Voltolina, o professor é a principal fonte de informação e os alunos a recebem passivamente. Esse modelo de professor como sábio em um palco está presente na educação, como representado pela ilustração do século XIV e podemos observar atualmente no início do século XXI mantendo o educador em evidência. No entanto, devido ao acesso à informação e às oportunidades educacionais permitidas pela tecnologia, em muitas salas de aula este modelo vem sendo mudado, à medida que os alunos assumem mais responsabilidade por seu próprio aprendizado, usando a tecnologia para coletar informações relevantes. Escolas e universidades de todo o país estão redesenhando os espaços de aprendizagem para permitir esse novo modelo de educação e promover mais interação.

A tecnologia é uma ferramenta poderosa que pode apoiar e transformar a educação de várias maneiras, facilitando a criação de materiais instrucionais para os professores e possibilitando novas maneiras das pessoas aprenderem e trabalharem juntas. Com o alcance mundial da Internet e a onipresença de dispositivos inteligentes que podem se conectar a ela, surgiu uma nova era, tornando possível uma educação a qualquer momento e em qualquer lugar (MOORE; KEARSLEY, 2008).

Educação a distância refere-se a situações de ensino e aprendizagem em que o instrutor e o aluno estão separados geograficamente e, portanto, dependem de dispositivos eletrônicos e/ou materiais impressos para a entrega do material pedagógico. Os cursos de EAD exigem a inscrição em uma instituição oficial, que se responsabiliza pela preparação de todo o material pedagógico, avaliações e certificação (COSTA, 2013).

De acordo com Hernandes (2017, p. 6):

A educação mediada pelas novas tecnologias dos nossos dias, nos aplicativos para desenvolver educação a distância, sobretudo por intermédio da rede, pode proporcionar as mesmas condições de sala de aula, com a vantagem de que o estudante e o professor, o estudante e seus colegas, o professor e seus colegas de outras disciplinas e universidades, o estudante e outros professores de outras disciplinas e universidades podem debater

suas questões, ensinamentos e aprendizagens em tempos e lugares diferentes.

A EAD oferece uma boa solução para um problema premente, ou seja, escassez de recursos. Nos níveis atuais de investimento em educação, poucos países no mundo em desenvolvimento seriam capazes de manter seus atuais níveis de matrícula, muito menos melhorar o acesso e a qualidade. A educação a distância pode oferecer respostas flexíveis para diferentes clientes, diferentes necessidades e diferentes tipos de alunos. Assim, nesse sentido, a EAD é uma alternativa de adequação tecnológica para que os países possam competir nos mercados internacionais. As vantagens da educação à distância incluem economia, a capacidade de entrar nas casas dos alunos e a flexibilidade de tempo e lugar (ALONSO, 2010).

Contudo, não se pode deixar de mencionar alguns pontos negativos em relação a EAD, como a falta de retorno imediato do professor, pouca ou nenhuma interação verbal não desenvolvendo algumas habilidades importantes para o mercado de trabalho; exigência de uma conexão constante, nem sempre disponível; alguns alunos se sentem desmotivados em estudar sozinho, não conseguindo dessa forma concluir as tarefas. (MARCHISOTI; OLIVEIRA; LUKOSEVICIUS, 2017).

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) é um programa articulador entre governo federal e entes federativos que apoia instituições públicas de ensino superior (IPES) a oferecerem cursos gratuitos de nível superior e de pós-graduação por meio do uso da modalidade de educação à distância. Foi inspirado em diversos modelos e projetos de educação a distância brasileira, através do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, com o objetivo de desenvolver a EAD, expandindo e interiorizando a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação nas instituições públicas do país. Em seu artigo 1º, parágrafo único, apresenta como objetivos:

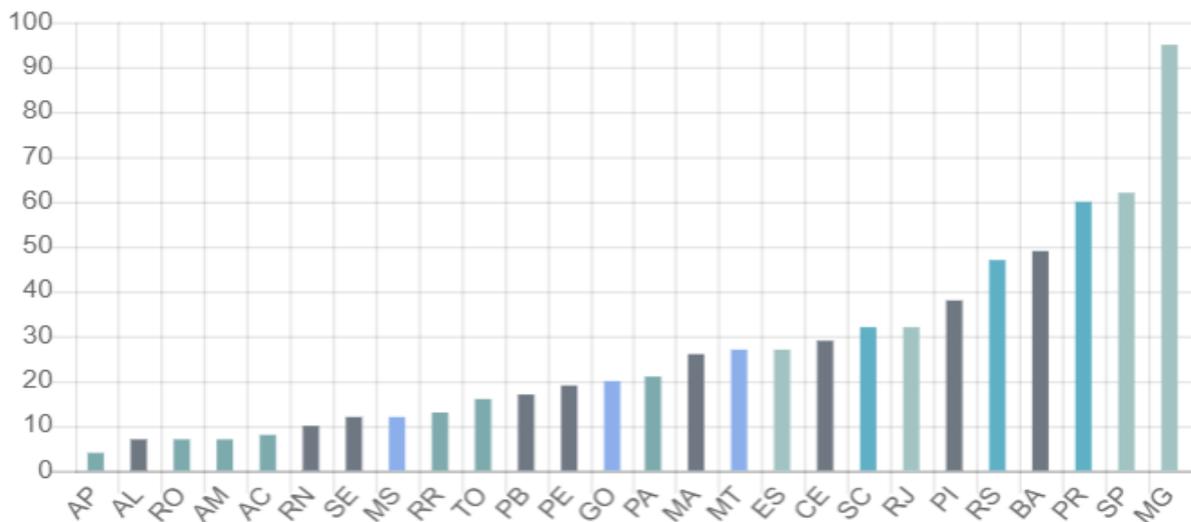
- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior à distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (BRASIL, 2006).

Para cumprir seus objetivos, foram criados polos de apoio presencial, em uma articulação entre as três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) e as instituições públicas (Universidades e Institutos Federais). Cabe a essas instituições educacionais o planejamento e implementação dos cursos oferecidos em cada pólo, enquanto o estado ou município dispõe do espaço físico e funcionários para o seu funcionamento, que atua em forma de consórcio (RODRIGUES; TAGA; VIEIRA, 2011).

Em 2019 foram contabilizados pela UAB, 697 polos, distribuídos nos 26 estados do país, sendo 216 na Região Sudeste, 27 desses no estado do Espírito Santo, como pode ser observado na figura 2.

Figura 2 – Distribuição dos polos por estado - 2019



Fonte: BRASIL, 2019

Para ingressar em um dos cursos da UAB, é necessário realizar um cadastro e ser selecionado, sendo importante ressaltar que existem cursos em dois âmbitos: para professores da Educação Básica, através do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica; e vagas ofertadas para demanda social. Os professores necessitam se cadastrar na Plataforma Freire e participarem da seleção, enquanto os candidatos de cursos com acesso livre realizam a inscrição via web e aguardam o resultado da seleção (ALONSO, 2010).

Enquanto para os professores são oferecidos cursos de licenciatura e especialização na área educacional, para os cursos livres há disposição de vagas em licenciaturas, bacharelados, tecnólogos e especializações, de forma gratuita e a distância. Vale destacar que os cursos são oferecidos de acordo com a demanda, não sendo, por isso, regulares, pois exigem o número mínimo de 100 vagas para serem abertos (ALONSO, 2010).

Em cada curso, são selecionados professores-tutores presenciais e a distância, que acompanham os estudantes no fluxo de atividades e no desempenho, identificando e auxiliando em possíveis dificuldades de aprendizagem. Enquanto o tutor presencial atua no pólo, diretamente em contato com o aluno, enquanto o tutor a distância atua na instituição que desenvolve o curso, nas salas de aula virtuais. As avaliações são realizadas nos polos presenciais (HERNANDES, 2017).

Segundo Hernandez (2017) em um país de dimensões continentais como o Brasil, somente a educação presencial não dá conta da demanda, sendo necessários outros meios para a democratização do ensino superior. Entretanto, essa ampliação deve ser provida de estratégias, metodologias apropriadas e projetos pedagógicos, pois são modalidades diferentes.

Para Arieira et al. (2009, p. 319), é essencial que a oferta de cursos pela UAB não se transforme em apenas um paliativo para o Estado cumprir com suas obrigações legais, sendo “outra ação fragmentada tomada pelo poder público”, não resolvendo o problema da qualidade e da demanda por ensino superior público no país.

Os polos UAB distribuídos no estado do Espírito Santo que atendem a todos os municípios capixabas, tem como instituições educacionais o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), credenciados pelo Ministério da Educação para a oferta de cursos superiores na modalidade de EAD. Desde a implantação dos polos¹, somente através da UFES, 12.922 estudantes já concluíram a graduação nos cursos ofertados. O primeiro curso foi o de Pedagogia, por meio do qual se formaram 6.171 professores das séries iniciais do ensino fundamental dos sistemas públicos de ensino, dos 78 municípios capixabas, que atuavam sem formação em nível superior.

¹ As informações apresentadas sobre “implantação dos polos”, foram obtidas por meio da Coordenadora do Polo UAB em Montanha a Senhora Urbenia Oliveira em 2019, a mesma acompanhou o processo desde o início.

Um dos polos da UAB está situado no município de Montanha, Mesorregião Litoral Norte Espírito-Santense, Microrregião de Montanha, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), possui uma população estimada de 18.833 habitantes. O polo oferece os cursos de Licenciatura em Filosofia, História e Pedagogia, além da Especialização em Epidemiologia, ofertados pela UFES, e Licenciatura em Informática e Letras-Português, pelo IFES.

Assim, esta pesquisa tem como tema norteador abordar a relevância da Educação a Distância como ferramenta para formação profissional, tendo sido delimitada como “Educação a Distância e a formação profissional: Estudo de Caso na Universidade Aberta do Brasil, Polo Montanha”. Tendo como intuito problematizar qual a relevância da Educação a Distância, em particular da Universidade Aberta do Brasil Polo Montanha, como ferramenta para a formação profissional em nível de graduação?

Este estudo tem como objetivo geral compreender a importância da Educação a Distância para a formação profissional dos egressos da Universidade Aberta do Brasil, Polo Montanha. A partir deste pressuposto apresenta três objetivos específicos são eles: Identificar o perfil dos egressos; identificar a percepção dos egressos sobre o ensino oferecido; verificar a empregabilidade desses egressos após a conclusão do curso; propor um seminário voltado para equipe docente e técnica no Polo Montanha, aos estudantes do mesmo, a fim de apresentar informações e reflexões importantes referente a educação à distancia e a formação profissional na perspectiva dos egressos da UAB Polo Montanha ES.

A presente pesquisa se justifica devido à carência de profissionais capacitados nas regiões distantes dos grandes centros e nesta região, sendo a EAD uma forma de oferecer uma educação superior à população pouco favorecida pelo sistema tradicional de ensino por razões diversas como baixa renda, falta de oportunidade e de informações. Por ser um município de pequeno porte, dificilmente contaria com uma instituição de ensino superior, advindo daí a importância deste pólo para a localidade, bem como as cidades vizinhas.

Este estudo foi desenvolvido em quatro momentos. Primeiramente, nesta introdução, buscou-se apresentar o tema em linhas gerais, a fim de oferecer um panorama do que será tratado de forma mais aprofundada, no segundo momento, que consiste no Referencial Teórico, que se voltou à apresentação de um breve histórico da EAD e a sua expansão no Brasil, além de analisar suas características e

vantagens, bem como os impactos da tecnologia na educação. Por fim, tratou-se da qualificação profissional e a empregabilidade, demonstrando a importância desta no novo cenário do trabalho e a relação entre qualificação e educação.

No terceiro momento, é apresentado o percurso metodológico do estudo descritivo, com a caracterização do tipo de pesquisa exploratória, em uma abordagem quantitativa, local do estudo e o instrumento utilizado para a coleta de dados. Posteriormente, no quarto momento, foram apresentados os resultados da pesquisa, discutindo-o à luz da literatura, assim como as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino a distância (EAD), também chamado de *e-learning* e online, é a forma de educação na qual os principais elementos incluem a separação física de professores e alunos durante a instrução e o uso de várias tecnologias para facilitar a comunicação entre aluno e professor. Tradicionalmente, o ensino a distância tem se concentrado em estudantes não tradicionais, como trabalhadores em período integral, não residentes nos locais da instituição ou indivíduos em regiões remotas que não podem participar presencialmente em sala de aula. No entanto, o ensino a distância tornou-se uma parte estabelecida do mundo educacional, com tendências apontando para o crescimento contínuo (KENSKI, 2008).

Segundo Gaspar (2001, p. 70), a EAD pode ser conceituada como:

Uma estratégia centrada na aprendizagem que ocorre de métodos e meios adequados para que ela se realize efetivamente, com o pressuposto de que o aprendente não está face ao ensinante. Exige, portanto, controle apertado que se pode resumir a três grandes funções processuais: tutoria, supervisão do processo de aprendizagem, avaliação do progresso e do resultado dessa aprendizagem (GASPAR, 2001, p. 70).

Um número crescente de universidades oferece oportunidades de ensino a distância, apresentando como uma das maiores vantagens para as instituições a possibilidade de aumentar o número de alunos sem ter que construir salas de aula e para os estudantes, a possibilidade de estudar onde e quando quiser (GUAREZI; MATOS, 2012).

2.1 BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Embora o ensino a distância possa parecer um fenômeno relativamente novo, que chegou com o advento da Internet, as pessoas, na realidade, fazem cursos oferecidos por instrutores a distância há centenas de anos. Algumas das primeiras aprendizagens a distância registradas datam de 1728, quando Caleb Philipps oferecia ensino de taquigrafia por meio de aulas enviadas semanalmente por correspondência. No entanto, foi o desenvolvimento de sistemas postais que provocou o verdadeiro início do ensino a distância. Os pioneiros da educação a distância usaram o sistema postal, a melhor tecnologia de sua época, para abrir

oportunidades educacionais a pessoas que queriam aprender, mas por várias razões, não podiam frequentar escolas normais (GUAREZI; MATOS, 2012).

O primeiro curso de educação a distância, no sentido moderno, foi ministrado por Sir Isaac Pitman, na década de 1840, que ensinou um sistema de taquigrafia enviando textos transcritos em taquigrafia através de cartões postais, recebendo transcrições de seus alunos em troca de correção. O elemento de feedback dos alunos foi uma inovação crucial no sistema de Pitman. Diante do sucesso desse curso, foi fundada, três anos depois na Inglaterra, a Sociedade de Correspondências Fonográficas, estabelecendo esses cursos de maneira mais formal. Nos Estados Unidos, a primeira escola de correspondência foi a Sociedade de Incentivo aos Estudos em Casa, fundada em 1873 (ALVES, 2011).

A Universidade de Londres foi a primeira instituição de nível superior a oferecer diplomas de ensino à distância, estabelecendo seu Programa Externo, em 1858. Referida como Universidade do Povo por Charles Dickens, por fornecer acesso ao ensino superior a estudantes de origens menos abastadas, o Programa Externo foi instituído pela Rainha Victoria, tornando a primeira universidade a oferecer ensino à distância de graduação (LITWIN, 2001).

Durante o século XIX, nos Estados Unidos, várias atividades de educação de adultos precederam a organização da extensão universitária além dos campi. Em 1873, Anna Ticknor criou a sociedade para incentivar estudos em casa, com o objetivo de oferecer oportunidades educacionais para mulheres de todas as classes sociais. Esse esforço voluntário forneceu instrução por correspondência a 10.000 membros durante um período de 24 anos (LITWIN, 2001).

O primeiro reconhecimento oficial da educação por correspondência norte americano ocorreu em 1883, pela faculdade Chautauqua College of Liberal Arts, autorizada pelo estado de Nova York a conceder diplomas acadêmicos a estudantes que concluíram com êxito os estudos nos institutos de verão e por correspondência durante o ano acadêmico (ALVES, 2011).

Em 1890, a Universidade de Chicago começou a oferecer cursos universitários externos, com faculdades satélites na comunidade em geral, através de cursos por correspondência que tinham por objetivo promover ainda mais a educação (ALVES, 2011).

Em geral, a história da EAD é descrita em gerações, de acordo com a sua evolução. A primeira geração (até 1970), ou geração textual, foi definida pela

tecnologia de impressão. Embora tenha havido exemplos de ensino a distância de primeira geração há centenas de anos, a combinação de tecnologia de impressão e serviços postais. Impulsionado por um forte senso de justiça social, a educação por correspondência foi fornecida por uma variedade de organizações (BELLONI, 2009).

Na figura 3 abaixo, são apresentados os objetivos e métodos pedagógicos das cinco gerações da EAD, de acordo com Moore e Kearsley (2008).

Figura 3 – Gerações de EAD

Características	Tecnologia e mídia utilizadas	Objetivos pedagógicos	Métodos pedagógicos
1ª geração - 1880	Imprensa e Correios	Atingir alunos desfavorecidos socialmente, especialmente as mulheres	Guias de estudo, auto-avaliação, material entregue nas residências
2ª geração - 1921	Difusão de rádio e TV	Apresentação de informações aos alunos, a distância	Programas teletransmitidos e pacotes didáticos (todo o material referente ao curso é entregue ao aluno pelos correios ou pessoalmente)
3ª geração - 1970	Universidades Abertas	Oferecer ensino de qualidade com custo reduzido para alunos não universitários	Orientação face a face, quando ocorrem encontros presenciais
4ª geração - 1980	Teleconferências por áudio, vídeo e computador	Direcionado a pessoas que aprendem sozinhas, geralmente estudando em casa	Interação em tempo real de aluno com aluno e instrutores a distância
5ª geração - 2000	Aulas virtuais baseadas no computador e na internet	Alunos planejam, organizam e implementam seus estudos por si mesmos	Métodos Construtivistas de aprendizado em colaboração

Fonte: MOORE, M.; KEARSLEY, 2008.

Os educadores a distância de primeira geração consideraram importante oferecer oportunidades educacionais para aqueles sem acesso às instituições de ensino. Esses grupos geralmente incluíam mulheres e a classe trabalhadora, já que nenhum dos grupos era bem servido por instituições de educação formal (MOORE; KEARSLEY, 2008).

Essa primeira geração da EAD foi caracterizada por um estilo de ensino didático que tinha como foco orientar os alunos através de material produzido e distribuído sistematicamente. O início de pesquisas voltadas à educação a distância também foi visto durante este período, geralmente realizada por professores que

queriam refletir sobre sua própria prática. Entretanto, não haviam periódicos dedicados ao tema e poucas oportunidades formais de compartilhar os resultados dessas pesquisas ou promover o engajamento com os desafios e questões levantados pela educação a distância (BELLONI, 2009).

A segunda geração, ou geração analógica, é caracterizada pela capacidade de transmitir conhecimento usando tecnologias como rádio, fitas de vídeo, televisão a cabo e aberta, mantendo a utilização de material impresso. Essas tecnologias de transmissão foram aprimoradas e adicionadas à EAD de forma considerável. No entanto, a interação entre o professor e o aluno, ou entre alunos, permaneceu mínima. O fornecimento de acesso era visto como importante e continuou sendo um forte impulsionador da educação a distância no momento (MOORE; KEARSLEY, 2008).

A educação a distância de segunda geração viu surgir as universidades abertas e um aumento no trabalho acadêmico de pesquisa, tendo sido analisado o processo de ensino, considerando-o composto por áreas que exigiam habilidades especializadas e introduziu o conceito do desenvolvimento da equipe de materiais didáticos. Centros de pesquisa, revistas, conferências e associações focadas em EAD foram desenvolvidos durante esse período (ALVES, 2011).

O ensino e aprendizagem a distância de primeira e segunda geração tendem a ser entregues através de material estruturado, com comunicação dominada pelo professor e a aprendizagem era geralmente considerada como um processo individual e não social e os modelos de aprendizagem se baseavam em teorias comportamentais da aprendizagem. Essa abordagem começou a mudar com um crescente reconhecimento das possibilidades apresentadas pela interação (LITWIN, 2001).

A terceira geração, ou geração digital, tem como características o uso dos pontos fortes da primeira e segunda gerações, com as possibilidades de estações de trabalho multimídia e conferências (áudio e vídeo) por computador. Um avanço importante nesta geração foi o reconhecimento da interação entre alunos e professores e entre os próprios alunos (ALVES, 2011).

A quarta geração da EAD baseia-se em tecnologias de comunicação bidirecional que permitem a interação direta entre o professor (que é visto como o autor da instrução) e o aluno remoto - e entre os próprios estudantes remotos. Esta forma de EAD visa proporcionar uma distribuição mais igualitária da comunicação

entre aluno e professor e entre alunos, formando relações para promover o desenvolvimento coletivo. Embora possa haver necessidade de independência entre os alunos a distância, também deve haver uma interação contínua facilitada pelo professor. Com comunicação e suporte suficientes, os alunos devem ser capazes de construir conhecimento em conjunto com facilitadores e colegas (LITTO; FORMIGA, 2008).

Alguns autores acrescentam uma quinta geração, iniciada a partir dos anos 2000, através das aulas virtuais, possibilitadas por internet. Nesse período, os computadores tornaram-se populares e a tecnologia teve uma rápida evolução, passando da internet discada à banda larga e conexão via celular. Além disso, programas como o Skype, Messenger e WhatsApp, que permitem interação de vídeo em tempo real, facilitaram ainda mais a possibilidade da EAD (PEREIRA et al., 2017).

Na figura 4, são apresentadas as formas de comunicação, de tutoria e a interatividade das cinco gerações, segundo a concepção de Moore e Kearsley (2008).

Figura 4 – Evolução histórica da EAD

Característica	Formas de comunicação	Tutoria	Interatividade
1ª geração - 1880	Correios e correspondência	Instrução por correspondência	Aluno/ material didático escrito
2ª geração - 1921	Rádio, TV e outros recursos didáticos, como: caderno didático, apostilas, fita K-7	Atendimento esporádico, dependendo de contatos telefônicos, quando possível	Pouca ou nenhuma interação professor aluno
3ª geração - 1970	Integração áudio e vídeo e correspondência	Suporte e orientação ao aluno. Discussão em grupo de estudo local e uso de laboratórios da universidade nas férias	Guia de estudo impresso, orientação por correspondência, transmissão por rádio e TV, Audioteipes gravados, conferências por telefone, kits para experiências em casa e biblioteca local
4ª geração - 1980	Recepção de lições veiculadas por rádio ou televisão e audioconferência	Atendimento Síncrono e Assíncrono, dependendo de contatos eletrônicos	Comunicação síncrona e assíncrona com o tutor, professor e colegas
5ª geração - 2000	Síncrona e assíncrona	Atendimento regular por um tutor, em determinado local e horário.	Integração em tempo real ou não, com o professor do curso e com colegas de curso

Fonte: MOORE, M.; KEARSLEY, 2008.

Essas tecnologias apoiaram uma mudança do foco anterior em organização e ensino didático com foco na construção social do conhecimento, reconhecendo e apoiando a diversidade. Esta geração caracteriza-se pelo desenvolvimento de comunidades de investigação, na construção do conhecimento e interação entre alunos e professores (KENSKI, 2008).

A educação mediada por computador também chamou a atenção das instituições de ensino presenciais, com a possibilidade de oferecer educação a estudantes que buscam maior flexibilidade de estudos. As mudanças são velozes e estão quebrando os limites entre EAD e ensino presencial nas instituições (KENSKI, 2008).

No entanto, o uso da tecnologia por si só não leva a mudanças. Muitos usos iniciais do computador ou de áudio e vídeo, oferecendo oportunidades para maior participação e controle dos alunos por meio da interação, permaneceu amplamente controlado pelos professores. Quando o computador e a teleconferência foram (e ainda são) usados dessa maneira, as abordagens das gerações anteriores permanecem (GASPAR, 2001).

Desenvolvimentos mais recentes ainda estão no auge da criação de história da EAD, com a abertura de recursos, cursos e práticas, instituindo oportunidades para individualizar a aprendizagem de maneiras nunca vistas anteriormente. O uso de tecnologias móveis permite o estudo em lugares e espaços não anteriormente concebidos como locais de preparação. Esses desenvolvimentos têm o potencial de serem transformadores e criar novas experiências de conhecimento e personalizar a atividade de aprendizagem (KARPINSKI et al., 2017).

Entretanto, vale ressaltar que a transformação do ensino e do processo de aprender requer exploração cuidadosa das tecnologias, uma profunda compreensão do ensino e da prática e a experiência na área de conteúdo.

2.2 EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Segundo Coelho (2002) a EAD no Brasil, teve impulso a partir da década de 1970, através de projetos que visavam educar indivíduos que não tinham acesso à escolarização por meio de correspondência, televisão e rádio, como o Projeto Minerva, Logos, Telecurso 2º grau e Mobral.

O desenvolvimento da EAD no país, é estreitamente vinculado a iniciativas governamentais, estando, como afirma Litto (2002), muito atrás de outros países no uso de soluções pedagógicas para atendimento em larga escala da população, devido à falta de planejamento em longo prazo e das mudanças na política educacional.

As experiências sobre Educação a distância abriram caminhos que permitiram o desenvolvimento de projetos consistentes, como “Verso e Reverso”, “Educando o Educador”, da Fundação Educar (1988); “Um salto para o Futuro”, da Fundação Roquete Pinto (1991), além de outros ligados principalmente à pesquisa universitária (ANDRADE, 2010, p. 66).

No Brasil existe uma predominância do modelo de instituição de ensino que oferece ensino presencial e EAD, entretanto, como ressalta Ortega (2006), vale observar se a qualidade pedagógica e o conteúdo oferecido são realmente inovadores ou a tecnologia é utilizada apenas como máscara para consolidar uma visão conservadora de ensino. Neste sentido, ressalta que:

Algumas organizações e cursos oferecerão tecnologias avançadas dentro de uma visão conservadora (só visando o lucro, multiplicando o número de alunos com poucos professores). Outras oferecerão cursos de qualidade, integrando tecnologias e propostas pedagógicas inovadoras, com foco na aprendizagem e com um mix de uso de tecnologias: ora com momentos presenciais; ora de ensino on-line (pessoas conectadas ao mesmo tempo, em lugares diferentes); adaptação ao ritmo pessoal; interação grupal; diferentes formas de avaliação, que poderá também ser mais personalizada e a partir de níveis diferenciados de visão pedagógica (ORTEGA, 2006, p. 2).

Barros (2015) afirma que o Brasil possui, condições para oferecer educação à distância com bastante competência, capaz de aprimorar o ensino ministrado em sala de aula e de fazê-lo chegar a um maior número de brasileiros, nas regiões mais remotas do país.

Ao se referir à qualidade da EAD no país, Blois (2004,p.101) ressalta que,

A EAD no Brasil guarda características bastante interessantes, tanto com relação à natureza das organizações que disponibilizam cursos, em termos de suas vinculações administrativas (públicas - federal, estadual, municipal - e privadas), como o nível do ensino oferecido (supletivo, regular; fundamental, médio, superior, profissionalizante, de extensão) e os meios ou suportes escolhidos, além de divergirem na modelagem e duração desses cursos. As chamadas *gerações da EAD* convivem nesse país continental, que tanto necessita de ofertas educativas de qualidade, para atender a demanda de suas carências, chegando até onde estão os que necessitam de estudar e construir novos conhecimentos. Assim, têm-se hoje cursos de alta qualidade oferecidos on-line ou por CD-ROM, vídeo e teleconferência, utilizando tecnologias mais tradicionais, como o material

impresso, associado ou não a outros meios, como a Tv, o que caracteriza uma verdadeira convergência de meios a favor da educação .

O avanço da EAD no Brasil provocou a necessidade de regulamentação desta modalidade de ensino. A primeira referência legal sobre EAD ocorreu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961, formalizando seu uso em cursos supletivos, entretanto, contraditoriamente, exigia 75% de presença nas aulas, para validação do curso (FERNANDES, 2005).

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996, Lei nº 9394/1996, deu legitimidade e visibilidade à EAD, especialmente em seu artigo 80, quando destaca que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada” (BRASIL, 1996).

Em 1998 a EAD foi normatizada através do Decreto nº 2494/98, que, nas palavras de Niskier (2008, p. 76), foi “o primeiro grande instrumento de valorização da EAD”. Foram também estabelecidos procedimentos de credenciamento de instituições para oferecer cursos a distância de graduação e de educação profissional tecnológica.

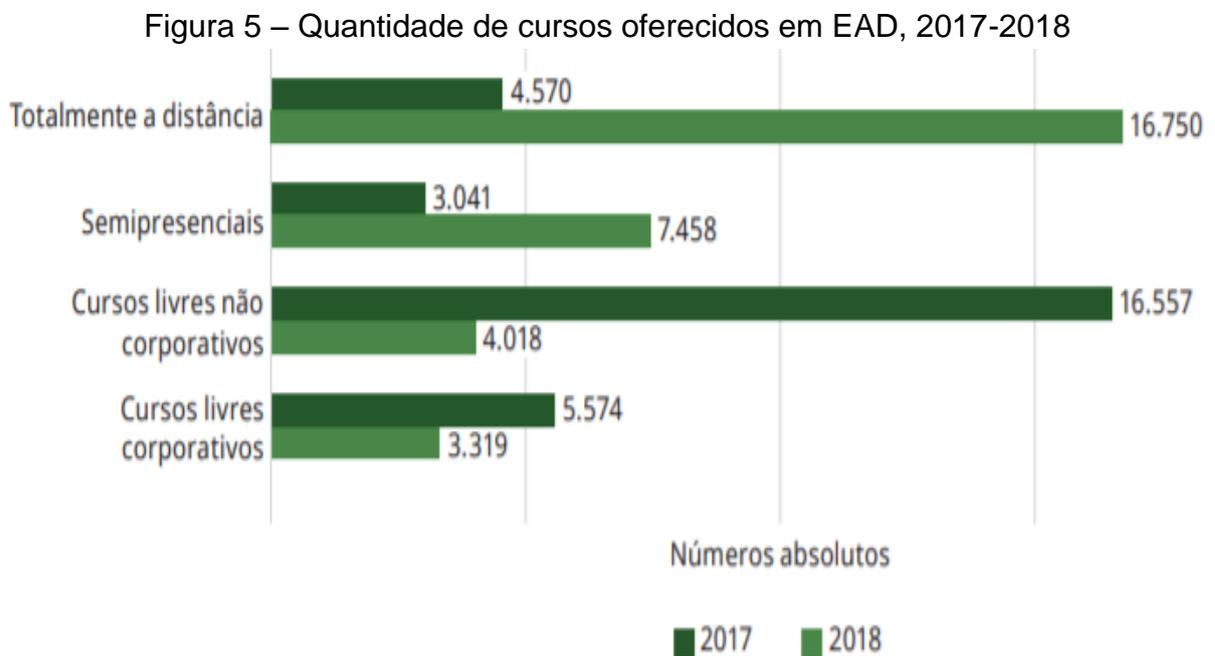
Por meio da Portaria nº 2253/2001, ficou regulamentado o oferecimento de disciplinas a distancia em cursos presenciais. O Decreto nº 5622/2005, que regulamentou o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi resultado de um processo contínuo e participativo, onde colaboraram Secretarias e órgãos do MEC, o Conselho Nacional de Educação, os Conselhos Estaduais de Educação, Instituições de Ensino, Associações envolvidas com a EAD e a sociedade em geral, regulamentando o artigo 80 da Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996; 2001; 2005).

Através do Decreto nº 6.303/2007, foram alterados os dispositivos dos Decretos nº 5.622/2005, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (BRASIL, 2005; 2006; 2007).

A Portaria nº 19 de 13 de dezembro de 2017 estabeleceu os procedimentos para a avaliação das instituições de ensino e desempenho acadêmico dos estudantes, delegando esta função ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP (BRASIL, 2017).

Em 2019 através da Portaria nº 2.117/19, as instituições de ensino superior passaram a poder oferecer até 40% da grade curricular dos seus cursos presenciais através de EAD.

Com o passar dos anos, a EAD se firmou no Brasil, apresentando uma expansão vertiginosa e ainda continua crescendo, especialmente nas instituições privadas, que apresentaram um aumento de 1.500% na última década. Só no ano de 2018, foram criados 3.455 novos pólos no país, sendo 2.577 de instituições privadas, sendo 86% em cidades do interior. Dos cursos oferecidos, a maioria é na modalidade totalmente a distância, como se observa na figura 5 (BRASIL, 2019).



Fonte: BRASIL. **Censo da Educação Superior 2018**. (2019).

De acordo com o Censo da Educação Superior 2018, o número de matrículas na modalidade a distância tem apresentado um aumento crescente, atingindo, em 2018, mais de dois milhões de alunos, representando 24,3% nos cursos de graduação. Enquanto nos cursos presenciais observou-se uma redução de 2,1%. Entre 2017 e 2018, na EAD o aumento foi de 17%. Ao se analisar os últimos 10 anos, o aumento corresponde a 182,5%, como pode ser observado na figura 6 (BRASIL, 2019).

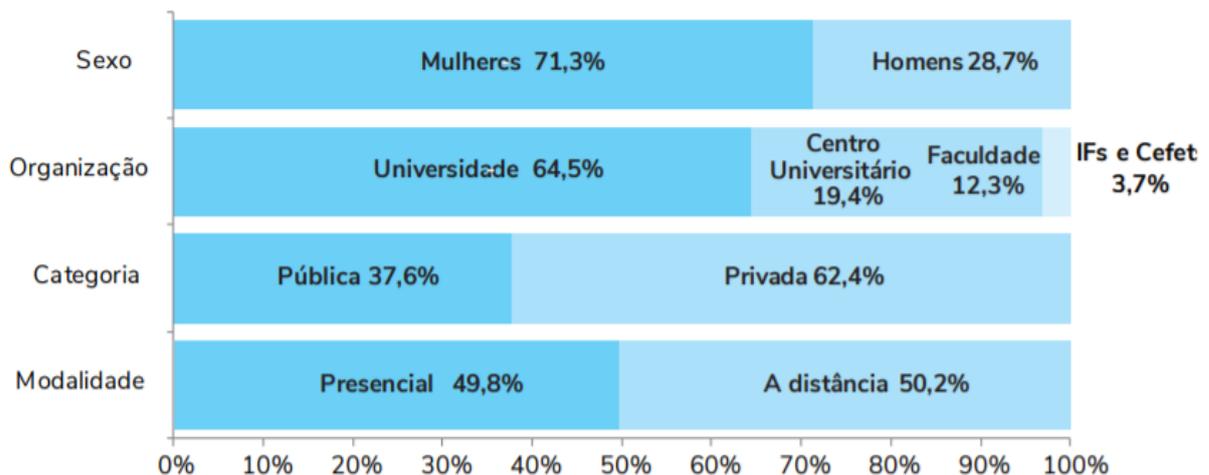
Figura 6 – Matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino, 2008-2018



Fonte: BRASIL. **Censo da Educação Superior 2018**. (2019).

Em relação aos cursos de licenciatura, os números são ainda maiores, com as matrículas nos cursos de EAD superando o número de alunos dos cursos presenciais. Desses alunos, 62,4% estão em instituições privadas e 37,6% em instituições públicas, como pode ser observado na figura 7 (BRASIL, 2019).

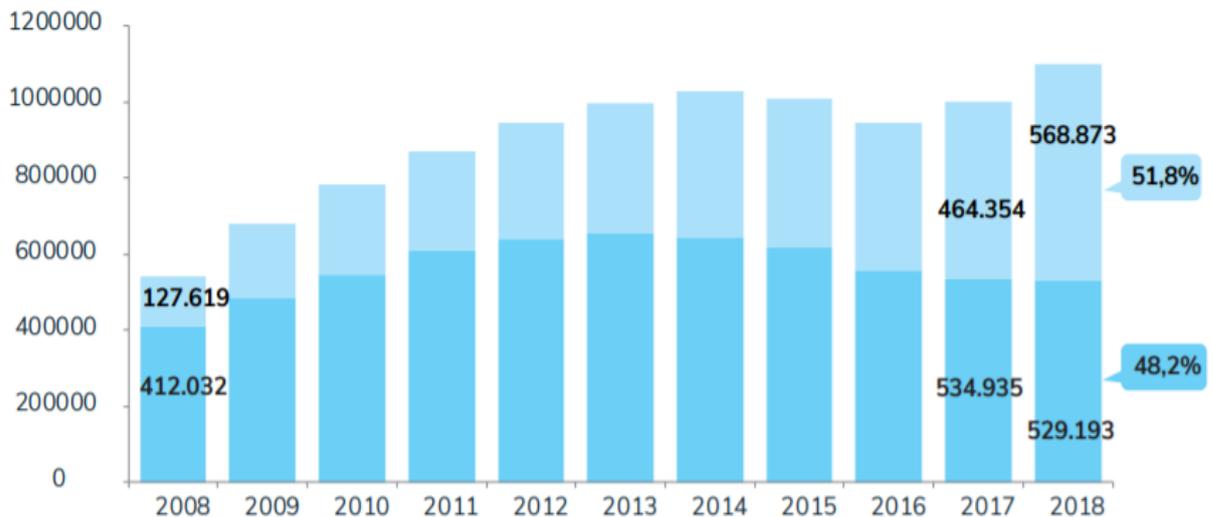
Figura 7 – Matrículas em cursos de licenciatura, por sexo, organização acadêmica, categoria e modalidade



Fonte: BRASIL. **Censo da Educação Superior 2018**. (2019).

No que se referem aos cursos tecnológicos, as matrículas na modalidade presencial continuam apresentando uma redução desde 2013, enquanto a EAD mantém sua expansão, com mais de 50% dos alunos, apresentando um aumento acumulado na última década de 345%, como pode ser observado na figura 8 (BRASIL, 2019).

Figura 8 – Matrículas em cursos de graduação tecnológicos, por modalidade de ensino, 2008-2018



Fonte: BRASIL, 2019.

Com relação a expansão da educação à distância no Brasil, as figuras 5,6,7 e 8, apresentam informações relevantes, analisando principalmente os anos de 2017 e 2018 percebe –se que existiu um crescimento significativo na oferta de cursos totalmente à distância e nos critérios de matrículas em curso de graduação, cursos de licenciatura e cursos tecnológicos houve um aumento expressivo na modalidade à distância comparada a modalidade presencial.

2.3 CARACTERÍSTICAS, VANTAGENS E DESVANTAGENS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Quatro características distinguem o ensino a distância. Primeiro, a EAD é, por definição, realizada por meio de instituições; não é um estudo individual ou um ambiente de aprendizado não acadêmico. As instituições também podem ou não oferecer instruções tradicionais em sala de aula, mas são elegíveis para credenciamento pelas mesmas agências que empregam métodos tradicionais.

Segundo, a separação geográfica é inerente ao ensino à distância e o tempo também pode separar alunos e professores. Acessibilidade e conveniência são vantagens importantes desse modo de educação. Programas bem projetados também podem colmatar diferenças intelectuais, culturais e sociais entre os alunos (BELLONI, 2009).

Terceiro, as telecomunicações interativas conectam indivíduos dentro de um grupo de aprendizado e com o professor. Na maioria das vezes, as comunicações eletrônicas, como e-mail, são usadas, mas as formas tradicionais de comunicação, como o sistema postal, também podem desempenhar um papel. Qualquer que seja o meio, a interação é essencial para a EAD, assim como para qualquer educação. As conexões de alunos, professores e recursos instrucionais tornam-se menos dependentes da proximidade física, à medida que os sistemas de comunicação se tornam mais sofisticados e amplamente disponíveis; conseqüentemente, a Internet, os telefones celulares e o e-mail contribuíram para o rápido crescimento do ensino a distância (BELLONI, 2009).

Finalmente, a EAD, como qualquer outra educação, estabelece um grupo de aprendizado, às vezes chamado de comunidade de aprendizagem, composta por alunos, professor (tutor) e recursos instrucionais, ou seja, livros, áudio, vídeo e gráficos que permitem ao aluno acessar o conteúdo da instrução. As redes sociais na Internet promovem a ideia de construção da comunidade. Em sites como o Facebook e o YouTube, os usuários constroem perfis, identificam membros (“amigos”) com quem compartilham uma conexão e constroem novas comunidades de pessoas afins. No cenário do ensino à distância, essas redes podem possibilitar as conexões dos alunos e, assim, reduzir seu senso de isolamento (COSTA, 2013).

De acordo com Guarezi e Matos (2012), ao examinar a natureza da EAD, é possível identificar suas características especiais, que se distinguem da educação tradicional:

- Sociabilidade – a EAD satisfaz as necessidades em constante mudança da sociedade para diferentes campos de atividades humanas;
- Flexibilidade e independência – a EAD dá a oportunidade de aprender independente do tempo e do lugar e os alunos definem o aprendizado com ritmo próprio;

- Individualidade - o professor personaliza os cursos de acordo com as características dos alunos, escolhendo tecnologias adequadas.

Os participantes da EAD são os professores, alunos e conteúdo de aprendizagem. Os professores possuem um novo papel nessa modalidade. Em contraste com a educação tradicional, onde é a figura principal, apresentando aulas expositivas e controlando o grau de assimilação do conteúdo, na EAD sua participação é reduzida a um consultor de gestão e coordenador do processo de aprendizado. O controle sobre todo o processo de educação é compartilhado entre professores e alunos. Como resultado, os alunos têm um novo papel: de participantes passivos no processo educacional, assumem uma posição central, determinando a velocidade do aprendizado, autocontrole e autoavaliação (PETERS, 2009).

O conteúdo da aprendizagem é composto de materiais já utilizados no ensino tradicional ou especialmente criados para a EAD. A existência de modernas tecnologias da informação permite diversificação do conteúdo da aprendizagem, através de voz, fotos e vídeos. O conteúdo da aprendizagem é dinâmico, podendo ser renovado continuamente. Os materiais são entregues aos alunos usando novas tecnologias de comunicação - correio, mídia de massa, Internet (KENSKI, 2011).

Segundo Alonso (2010), a EAD requer interação entre os participantes no processo de aprendizagem e a interação determina até certo ponto a sua eficácia. Moore (2008) especifica três tipos de interação:

- Interação aluno-professor: fornece motivação para educação, feedback e diálogo entre esses participantes, onde os alunos consultam os professores de várias maneiras. O feedback é muito importante e dá indicação dos professores sobre o nível de aprendizagem. O feedback deve ser oportuno, para que os professores possam corrigir e adaptar o conteúdo de aprendizagem com base nas circunstâncias e necessidades dos aprendizes.

- Interação aluno-aluno: inclui a comunicação formal e informal entre alunos. O isolamento é um elemento problemático na EAD e pode ser superado pela troca de informações entre estudantes: troca de ideias e diálogo através de discussões, trabalhando juntos e resolvendo problemas.

- Interação aluno-conteúdo: inclui os métodos de entrega do conteúdo, as várias formas de navegação através dele e a procura por informações específicas. Segundo alguns cientistas, o uso de novas tecnologias da informação e

comunicação em EAD está relacionada ao surgimento de um novo tipo de interação do aluno com a tecnologia, um componente importante que influencia a efetividade da educação.

Se uma tecnologia que fornece instruções é complicada e os alunos não possuem as habilidades básicas necessárias para usá-la, gastarão quantidades excessivas de tempo para aprender a interagir com a mesma e terão menos tempo para a aprendizagem dos conteúdos (ALONSO, 2010).

A comunicação entre os participantes da EAD é síncrona e assíncrona. A comunicação síncrona permite aos participantes aprender ao mesmo tempo, com feedback imediato, enquanto a comunicação síncrona é realizada por telecursos, teleconferência, bate-papos, etc. A comunicação assíncrona fornece uma oportunidade para os alunos se conectarem ao professor ou se conectar em uma hora e local convenientes, sendo realizada por e-mail, audiocursos, fóruns de discussão, etc. (PRETI, 2009).

A EAD possui diversas vantagens, dentre as quais: flexibilidade e independência; acessibilidade, aprendizagem ao longo da vida, eficácia econômica, sendo aplicável não apenas em instituições de ensino, mas também nas empresas, que podem usar as vantagens da EAD para formar especialistas ou melhorar as qualificações de seus funcionários. Como desvantagens, podem ser citados o isolamento, perda de motivação e autodisciplina, havendo estudantes que não conseguem se adaptar a esse estilo autônomo de instrução (RAJA; NAGASUBRAMANI, 2018).

Entretanto, a EAD também possui pontos negativos, que merecem ser abordados, tais como a falta de feedback imediato recebido em uma sala de aula regular e, embora o desempenho possa ser avaliado no local em uma sala de aula, com a EAD, os alunos precisam aguardar o feedback do tutor enquanto seus trabalhos estão sendo revisados. Outras questões se referem ao preconceito, ainda existente, apesar de menor, dos empregadores em contratar graduados através do ensino online; a pouca ou nenhuma interação face a face; os alunos dos cursos à distância não praticarem a interação verbal com professores e outros alunos, não desenvolvendo habilidades de comunicação oral e trabalho em equipe, muito valorizadas pelo mercado de trabalho; a exigência de uma tecnologia de conexão potente e constante, nem sempre disponível em localidades pequenas e distantes, além de requerer automotivação, pois o aluno estuda sozinho e isso pode

desmotivá-lo a cumprir com prazos (MARCHISOTI; OLIVEIRA; LUKOSEVICIUS, 2017).

2.4 IMPACTOS DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Os impactos da tecnologia podem ser sentidos em todos os campos possíveis, dentre os quais na educação. De acordo com as ideias mais recentes sobre como exatamente os estudantes modernos preferem usar a tecnologia e como o seu aprendizado é afetado quando a utilizam, tem sido revelado que o uso de ferramentas e tecnologias modernas aumenta o aprendizado e a interatividade dos alunos, a transferência de conhecimento se torna mais fácil, conveniente e eficaz. Tal fato se deve ao uso da tecnologia fazer parte da vida dos estudantes (KIRYAKOVA, 2009).

Quando os alunos estão usando a tecnologia como ferramenta ou suporte para a comunicação com outras pessoas, eles têm um papel ativo, e não passivo, como destinatário das informações transmitidas por um professor ou livro. O aluno está ativamente fazendo escolhas sobre como gerar, obter, manipular ou exibir informações. O uso da tecnologia permite que muitos estudantes pensem ativamente em informações, façam escolhas e executem habilidades do que é típico nas aulas ministradas por professores. Além disso, quando a tecnologia é usada como uma ferramenta para ajudar os alunos a realizarem tarefas autênticas, eles estão em posição de definir seus objetivos, tomar decisões de design e avaliar seu progresso (KENSKI, 2011).

O papel do professor também muda, não sendo mais o centro das atenções como distribuidor de informações, mas desempenha o papel de facilitador, estabelecendo metas e fornecendo diretrizes e recursos, passando de aluno para aluno ou grupo para grupo, sugestões e apoio às atividades. À medida que os alunos trabalham em seus produtos suportados pela tecnologia, o professor acompanha e sugere os recursos que podem ser usados (SAMPAIO; LEITE, 2008).

O trabalho baseado em projetos e as abordagens de aprendizado cooperativo estimulam essa mudança de papéis, independentemente de a tecnologia ser usada ou não. No entanto, o uso de ferramentas de tecnologia é altamente compatível com esse novo papel de professor, pois estimula o trabalho mental ativo por parte dos alunos. Além disso, quando o local de trabalho é a tecnologia, o professor

geralmente tem o auxílio dos próprios estudantes, que são conhecedores de tecnologia e estão ansiosos para compartilhar seus conhecimentos com outras pessoas (SAMPAIO; LEITE, 2008).

A combinação de educação e tecnologia tem sido considerada a principal chave do progresso humano. A educação alimenta a tecnologia que, por sua vez, forma a base da educação. Portanto, é evidente que a tecnologia da informação afetou mudanças nos métodos, propósitos e potencial percebido da educação. A capacidade de acessar grandes bancos de dados de informações muda fundamentalmente a educação, já que os alunos agora podem ser criadores e colaboradores no acesso e na construção de discursos de informações (COUTINHO; LISBOA, 2011).

Devido à sua alfabetização tecnológica, os jovens podem derivar capital cultural da compreensão das modernas tecnologias da informação e, assim, contribuir para a mudança educacional. A mesma tecnologia também facilita o rápido intercâmbio de informações entre pesquisadores sobre tópicos específicos, de modo que a velocidade da distribuição de informações é bastante aumentada. O aumento do acesso a grandes quantidades de dados significa que os alunos precisam de ajuda para selecionar, avaliar e analisar essas informações, precisam aprender a determinar o valor, a validade e a veracidade dos elementos. Todas essas mudanças na aprendizagem também têm implicações para a prática de ensino (KENSKI, 2011).

O nível mais alto de mudança que ocorre em relação à educação está na maneira como o ensino é cada vez mais visto como ocorrendo através da tecnologia, em vez de somente utilizá-la como um extra adicional na sala de aula. A tecnologia da informação afeta particularmente o conteúdo do curso e a metodologia de ensino, bem como o recrutamento e treinamento dos professores, exigindo que aprendam novos conjuntos de habilidades. Também melhora a experiência educacional dos alunos, não tanto por causa da própria mídia, mas porque os programas de software exigem que os professores pensem lateral e sistematicamente. Aos alunos não faltam informações, mas tempo para encontrar, analisar, entender e aplicar esses dados. O papel do professor é, portanto, ajudá-los a desenvolver habilidades, a fim de determinar como encontrar, analisar e interpretar informações (COUTINHO; LISBOA, 2011).

Embora a educação no passado tenha sido centrada no ensino e na aprendizagem, a tecnologia da informação afetou as mudanças nos objetivos da educação, portanto, agora esta é cada vez mais percebida como o processo de criação, preservação, integração, transmissão e aplicação de conhecimento. As percepções do próprio conhecimento também mudaram; enquanto poderia ter sido percebido como imutável, agora deve ser percebido como revisionário, criativo, pessoal e pluralista. O futuro da educação não é predeterminado pela moderna tecnologia da informação, mas esse futuro dependerá de maneira proeminente de como é construído e interpretado o lugar da tecnologia no processo educacional. A educação "*just-in-case*" está se transformando na educação "*just-for-you*", direcionada para atender às necessidades de cada aluno (CHIMENES; PRATES, 2015).

A tecnologia da informação libera as instituições de ensino das restrições de espaço e tempo e permite a prestação de serviços em qualquer lugar, a qualquer hora. O escopo da mudança sugere que a própria instituição educacional talvez precise também ser revisada no nível organizacional, diante de uma maior concorrência e alianças, adotando abordagens mais estratégicas e colaborativas.

À medida que a tecnologia continua evoluindo, ela traz novas oportunidades e desafios para educadores e estudantes. As redes sociais são um ótimo exemplo de que a tecnologia pode ajudar, ou dificultar a educação, dependendo de como é usada e integrada aos planos de ensino. Privacidade e segurança são duas preocupações que podem surgir com o uso de redes sociais na sala de aula. Também pode se tornar uma distração para os alunos, ou mesmo uma ferramenta usada para o *bullying*. No entanto, o uso de redes sociais como parte do processo de aprendizado também pode trazer benefícios. Os alunos mais introvertidos podem se abrir e se conectar mais com professores e outros alunos quando estão se comunicando por meio de redes sociais. Também oferece a oportunidade de colaborar e trabalhar juntos de uma maneira totalmente nova.

Estudantes podem ser notoriamente conectados à tecnologia, incluindo redes sociais, através de seus smartphones, laptops e tablets. Portanto, seja um estudante universitário estudando literatura clássica ou um aluno da escola primária aprendendo a ler, a tecnologia agora é parte integrante do processo educacional, sendo completamente inevitável nos dias de hoje em escolas, universidades e faculdades.

2.5 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, especialmente a partir da década de 1990, fizeram com que o foco na questão da empregabilidade se tornasse cada vez mais destacado, devido às inovações tecnológicas e à globalização, dentre outros fatores, que exigem maior desenvolvimento e qualificação da mão de obra, para que consiga manter-se ativa no mercado de trabalho, que exige cada vez mais dos profissionais (RUEDA et al., 2004).

A partir de então, a inserção do profissional no mercado de trabalho tornou-se cada vez mais complexa e, devido ao que se denominou desemprego estrutural, que consiste na substituição da mão de obra humana pela mecanização, passou-se a creditar a responsabilidade pelo desemprego aos próprios trabalhadores, transferindo a estes a responsabilidade de estar ou não inserido no mercado de trabalho (CARVALHO, 2009).

No Brasil, assim como no restante do mundo capitalista, os avanços tecnológicos, assim como práticas de gestão administrativa, ocasionaram desemprego estrutural, sendo possível observar que uma parcela considerável da população em idade produtiva não possui emprego formal ou renda fixa (CAMPOS, 2006).

O vocábulo empregabilidade, já faz parte do vocabulário organizacional, sendo denominado, nos Estados Unidos, de *employability*, que significa, segundo Minarelli (2002, p. 37), a “condição de dar emprego ao que se sabe, a habilidade de obter ou manter um emprego ou trabalho”, sendo compreendido por Campos et al. (2003), como as atitudes e ações realizadas pelo trabalhador a fim de desenvolver habilidades e conhecimentos favoráveis para o alcance de uma colocação, formal ou informal, no mercado de trabalho.

Segundo Campos et al. (2003) pode-se definir a empregabilidade como um conjunto de habilidades e competências necessárias ao indivíduo para que este conquiste e mantenha um trabalho ou emprego, onde suas crenças, atitudes e características pessoais exercem significativa influência em sua busca por emprego.

Carvalho (2009) ressalta que o profissional deve estar constantemente preocupado em se manter atualizado e empregável, observando as habilidades, especializações e talentos requeridos pelo mercado.

A empregabilidade é entendida por Ang (2015) como um conjunto de habilidades e conhecimentos que aumentam a probabilidade de um indivíduo garantir e ter sucesso em suas ocupações, obtendo benefícios para si no trabalho, na comunidade e nas questões econômicas. Isso significa que a empregabilidade é garantida devido às competências de uma pessoa para atender a novas necessidades em um ambiente de trabalho em constante mudança.

Assim, é provável que pessoas que possuam uma maior escolarização, com um bom conhecimento e habilidades pessoais, sejam altamente valorizados pelos empregadores. Deve-se acrescentar que o emprego nesses tempos econômicos desafiadores não é tarefa fácil. A estrutura do trabalho mudou, as tecnologias avançaram, a interface dos recursos humanos e o conhecimento das novas tecnologias está se tornando comum e as condições de emprego estão ficando mais flexíveis. Nesse contexto, os papéis e o desempenho do trabalho mudaram tanto que, para algumas pessoas podem ser uma experiência desconcertante. Em vista do exposto, pode-se supor que as tendências do mercado global agora exigem uma maior escolaridade, aliada às habilidades certas, no lugar certo e no momento certo (ANG, 2015).

2.5.1 A importância da empregabilidade no novo cenário do trabalho

Diante do cenário de insegurança no trabalho, o termo empregabilidade começou a ser utilizado com frequência nos discursos econômicos, políticos e educacionais, com o intuito de justificar a necessidade de um novo perfil de trabalhadores, que pudesse atender às exigências do mercado, possuindo não apenas as qualificações exigidas até então, mas habilidades e competências que permitiriam sua inserção e permanência nos postos conquistados (CARVALHO, 2009).

Neste cenário, ser empregável é mais importante que possuir um emprego, sendo exigido, para tanto, que o indivíduo esteja apto a aprender e se adaptar à realidade do mercado (RUEDA; MARTINS; CAMPOS, 2004).

Segundo Bortolotto (2013, p. 8):

A qualificação e a atualização precisam ser uma preocupação permanente do profissional que pretenda conquistar e manter elevada a sua empregabilidade. Saber tirar proveitos das modernas tecnologias,

principalmente do computador e da tecnologia da informação; assistir a seminários, se preciso for voltar aos bancos acadêmicos; procurar reciclar-se a todo momento; a leitura constante de livros e revistas especializadas e, sobretudo, a interpretação cuidadosa dos textos é essencial.

Para que o profissional torne-se empregável, este deve possuir a responsabilidade e a capacidade de desenvolver suas competências, além de mobilizar colaboradores e apoios à sua volta, podendo obter renda com seus conhecimentos. Neste contexto, a aprendizagem torna-se o principal eixo da empregabilidade, sendo considerado o maior ativo de uma organização os conhecimentos e habilidades de sua mão de obra (BAGGIO et al., 2005).

Segundo os autores Baggio et al. (2005, p 3)

Atualmente criar e gerir os conhecimentos e competências humanas representa para as organizações uma questão estratégica, que deve ser direcionada para o atingimento dos objetivos da própria organização. Os colaboradores, por sua vez, ao adquirirem novos conhecimentos e habilidades sentem-se mais seguros para buscar novas oportunidades e desafios profissionais, já que começam a perceber novas expectativas e exigem da empresa novas e melhores condições de trabalho e de uso das suas potencialidades. É nesse duplo cenário – empregado e empregador, que se sustenta a visão de empregabilidade.

Nesta reestruturação, cabe ao indivíduo qualificar-se e tornar-se empregável, transferindo-lhe a responsabilidade, ou a culpa, por sua inserção e permanência no competitivo mercado de trabalho, deixando subentendido que este deve se adequar às exigências das ofertas de emprego (SILVA et al., 2015). Assim, para se manter empregável, é necessário que o indivíduo atenda a três pontos: educação, formação e treinamento. A primeira se constitui na base do processo de desenvolvimento do indivíduo, referindo-se à educação básica, de responsabilidade do Estado. A formação, por meio de cursos complementares de especialização, é de responsabilidade individual, com o fim de se adaptar às exigências do trabalho. O treinamento cabe às empresas, pois refere-se à preparação do profissional para que exerça corretamente sua função ou tarefa na organização, sendo, portanto, função prioritária da empresa (CARVALHO, 2009).

A empregabilidade é sustentada por seis pilares, devendo estar em equilíbrio constante:

[...] 1) adequação vocacional, exercer uma atividade correspondente a sua vocação; 2) competência profissional, que é sinônimo da capacitação profissional; 3) idoneidade, refere-se profissional correto e honesto; 4) saúde física e mental, significa buscar equilíbrio entre saúde e lazer; 5) reserva financeira e fontes alternativas, uma defesa para emergência;

6)relacionamentos, são contatos mantidos com outros profissionais do mercado[...] MINARELLI (2002, p. 48).

De acordo com o Baggio et al. (2005) a empregabilidade demanda três componentes essenciais, que são a competência profissional, por meio de aprendizado formal e experiência; a disposição para aprender, pois o aprendizado deve ser constantemente construído e aprimorado; e a capacidade de empreender. Assim, cabe às empresas reconhecerem o capital humano como seu maior investimento, pois ele é capaz de oferecer um diferencial competitivo, devendo, portanto, criar meios alternativos para desenvolver e reter seus talentos.

A partir da década de 1940, a qualificação profissional vem se tornando destaque devido às transformações ocorridas no mundo do trabalho, sendo considerada como um fator determinante para a produtividade e competitividade entre os países, além de possibilitar uma maior formação. Este cenário se deve à flexibilização do trabalho, que exige dos profissionais, além dos conhecimentos formais, habilidades comportamentais e cognitivas, denominados aspectos informais e subjetivos. Nesta nova visão da qualificação, aspectos como iniciativa, autonomia, criatividade e responsabilidade são ressaltados, sendo o termo qualificação, por vezes, substituído pelo de competência (OLIVEIRA, 2010).

Para os profissionais que buscam sua inserção no mercado de trabalho, a qualificação profissional, entendida como critério da empregabilidade, vem se mostrando um desafio, exigindo-lhes novos perfis (LEMOS; DUBEUX; PINTO, 2009).

Não existe um consenso nos debates sobre a qualificação, existindo correntes diversas, onde algumas se apóiam nas teorias marxistas, que defendia que a perda progressiva de qualificação era resultado da divisão do trabalho, que produziu um saber fragmentado (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Guimarães (2008) a teoria que mais se ressaltou nos anos 60 interpretava a qualificação do trabalhador como a habilidade, alcançada por meio do tempo de aprendizagem para desempenhar determinada função.

Atualmente, a qualificação vem sendo entendida como uma relação entre os conhecimentos adquiridos seja através dos formais quanto daqueles ligados ao processo de produção, sendo seu conceito resultado de uma construção histórica perpassada pelos conflitos que vieram marcando a relação capital e trabalho, que,

mesmo enquanto contendores de poder desigual, sempre estiveram em condições de se enfrentar (SILVA et al., 2015).

A corrente existencialista entende a qualificação profissional como necessária ao avanço do processo de produção, sendo, portanto, essencial que os profissionais possuam cada vez mais habilidades, a fim de se adequar à nova realidade do mercado de trabalho, incluindo nestas habilidades o domínio de instrumentos tecnológicos (POCHMANN, 2016).

A corrente relativista amplia o conceito de qualificação profissional, ressaltando, além das características da corrente existencialista, fatores culturais e sociais são importantes para o entendimento das demandas exigidas do trabalhador, centrando seu debate a relação das forças entre capital e trabalho e não apenas em atributos pessoais e desempenho de tarefas (POCHMANN, 2016).

De acordo com Souza (2012) qualificado é aquele que sabe fazer, enquanto competente é o que sabe ser, mesclando a objetividade do saber, da experiência e do conhecimento técnico com a subjetividade do ser, como comportamento, atitude, colaboração, engajamento e comprometimento com os objetivos e interesses do capital. Neste contexto onde a necessidade de qualificação profissional é ressaltada, a educação para o trabalho deixa de ser vista como função da empresa, tornando-se do interesse do trabalhador. Não basta ao trabalhador dominar apenas as habilidades motoras necessárias ao cumprimento de suas funções, sendo necessários também que este adquira conhecimentos tecnológicos e científicos, exigências que, anteriormente, eram feitas apenas àqueles que ocupavam postos de chefia e gerência.

Desta forma, qualificação e educação vêm se tornando conceitos atrelados, levando os países, inclusive o Brasil, a implementarem políticas públicas de qualificação dos seus trabalhadores, a fim de se manter na concorrência internacional do atual mercado globalizado.

2.5.2 Qualificação e educação

Segundo Almeida (2013) o conceito de competência está diretamente ligado à escolarização do trabalhador, pois através da educação, é possível proporcionar a capacidade de compreender as atividades do trabalho, criando a oportunidade da

classe trabalhadora refletir criticamente sobre a realidade, desenvolvendo sua capacidade de entendimento e criatividade.

De acordo com Lins (2011, p. 6) quanto maiores os índices educacionais mais a economia pode se aproveitar dos conhecimentos gerados, aumentando sua produção. Assim, a educação está diretamente relacionada ao crescimento, pois “o aprendizado e geração de tecnologias necessitam de um determinado *background* educacional. Pelo lado das evidências individuais a relação é mais clara: quanto maior a escolaridade maior é a renda de uma pessoa”.

Ao mesmo tempo, os modelos educacionais são diretamente influenciados pelas necessidades do sistema produtivo, não sendo possível, portanto, analisar a qualificação apenas sob o ponto de vista do mundo do trabalho ou da educação, pois esta perpassa os dois sistemas. Segundo Fogaça e Salm (2005, p. 220):

Para os que apresentam pouca escolaridade, repete-se a fórmula tradicional de oferecer cursos de qualificação de duração variável, centrados exclusivamente na formação específica e que, por isso mesmo, não contribuem para a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. Para aqueles que ultrapassaram a barreira do ensino fundamental, pretende-se a transformação de cursos que hoje, bem ou mal, estão vinculados a uma formação mais geral (o núcleo comum do ensino médio), em módulos de caráter instrucional, que inclusive devem servir também aos jovens e adultos que já concluíram ou estão cursando o segundo grau. Salvo melhor juízo, estaríamos consagrando uma concepção de qualificação profissional que se opõe ao próprio discurso modernizador do MEC e do MTE.

Na nova configuração do mercado de trabalho, a empregabilidade é considerada responsabilidade do trabalhador, cabendo-lhe qualificar-se para se manter empregado, não se levando em conta o cenário econômico e social. Tal situação acaba gerando frustrações no indivíduo, pois ao se exigir maior escolaridade e qualificação, cria-se a expectativa que este terá maior satisfação no trabalho, o que não se concretiza na prática, pois a inserção e manutenção em um posto de trabalho depende de fatores diversos (BATISTA, 2005).

Assim, é construída uma relação direta entre trabalho e educação, defendendo-se que o desemprego e as desigualdades sociais podem ser resolvidas com qualificação profissional. No entanto, França (2009) ressalta que houve um aumento das desigualdades sociais devido ao déficit educacional, pois a economia capitalista não oferece educação de qualidade para todos, separando ainda mais as classes sociais.

Para o pensamento dominante, a relação entre produtividade, educação e competitividade é inquestionável, sendo consenso nos discursos de entidades governamentais e empresariais que o déficit educacional é importante fator de impedimento do crescimento econômico, sendo necessário elevar a escolaridade e a qualificação dos trabalhadores, a fim de que estes se tornem capazes de operar equipamentos modernos e tornem o país mais competitivo. Para tanto, exige-se destes trabalhadores o saber escolar para que possam manter-se produtivos e competitivos (BATISTA, 2005).

Segundo Paranhos (2010, p. 1):

O reordenamento das relações educativas nas últimas décadas vem se realizando através de noções como competências, capital humano, capital social, qualidade total, empregabilidade, empreendedorismo, participação, autonomia, etc., que sob a suposta valorização do trabalhador buscam traduzir o impacto das mudanças e amortecer as contradições geradas pela crescente precarização do trabalho e pela regressão dos direitos sociais sob o neoliberalismo. No Brasil, a política de educação profissional está profundamente relacionada à inserção subordinada do país na economia mundial e está situada mediante o processo histórico e ideológico de desenvolvimento capitalista, enquanto parte fundamental de um conjunto mais amplo de metas de ajuste estrutural e superestrutural direcionadas a adequar os “países em desenvolvimento” ao processo de financeirização mundializada da produção.

Cria-se a teoria de que a educação é o único instrumento para que o indivíduo desenvolva suas competências individuais, suavizando as contradições ocasionadas pela crise de empregos e disfarçando a queda nas condições de vida. Neste sentido, Oliveira (2010, p. 71) afirma que tal situação “encobre o agravamento das desigualdades no capitalismo contemporâneo, deslocando a produção dessa desigualdade da forma que assumem as relações sociais de produção para o plano do fracasso do indivíduo”.

No entanto, a relação entre escolarização, muitas vezes considerada como qualificação, eficiência, produtividade, riqueza e desenvolvimento, além do investimento em educação como forma de sair do subdesenvolvimento ou alcançar posições mais altas no trabalho, vem se tornando frágil diante da regressão dos direitos dos trabalhadores e da desestruturação dos mercados de trabalho (BATISTA, 2005).

Assim, apesar da educação não ser garantia de empregabilidade, sem ela tampouco se consegue uma melhor colocação no mercado de trabalho.

2.6 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Projetar e fornecer EAD não é apenas uma questão de selecionar uma equipe de professores com experiência no assunto e/ou habilidades técnicas, mas também escolher educadores com habilidades pedagógicas, de informação e comunicação necessárias para gerenciar e facilitar o aprendizado online. Assim, a escolha de uma equipe adequada, com as habilidades apropriadas, ou pelo menos a vontade de adquiri-las, é essencial para o aprendizado online bem-sucedido (FERREIRA; CARNEIRO, 2015).

Nesse sentido, a formação daqueles que irão formar os estudantes na modalidade a distância, especialmente nas licenciaturas, é de essencial importância. De acordo com Minatti e Thomé (2012, p. 4), “se a função de educar é nobre, então a responsabilidade dos cursos que formam esses profissionais é ainda maior”, sendo necessário um olhar atento para a formação de docentes que atuam na EAD.

Segundo Giolo (2008) a formação de professores de EAD tem sido massificada e desqualificada. Para Alonso (2010) o que ocorre nessa formação não se resume à EAD, sendo constatado também na educação presencial, guiada pela lógica de uma expansão que não tem privilegiado os aspectos qualitativos, se voltando essencialmente aos aspectos quantitativos.

Assim, observa-se que, no Brasil, a EAD tem se voltado, como afirmado anteriormente, em aumentar o número de matrículas no ensino superior, deixando em segundo ou terceiro plano a qualidade desses cursos. Em 2017, corroborando esta afirmação, o Ministério da Educação flexibilizou a criação de cursos a distancia, permitindo que instituições sejam criadas para oferecer exclusivamente cursos nessa modalidade, possibilitando, inclusive, a oferta na Educação Básica. Em 2018, foi ampliada de 20% para 40% o limite de disciplinas EAD para cursos de graduação presencial.

Ao se tratar do sistema de ensino à distância, o tutor é uma pessoa designada para orientar um grupo de estudantes em um curso durante todo o período de estudo, sendo esperado que atue como um professor no sistema formal de ensino. No entanto, o papel do tutor na educação a distância permanece diferente em relação ao papel do professor no ambiente de ensino convencional. Um professor ideal que trabalha no sistema convencional de ensino não é obrigatoriamente um bom tutor no sistema de ensino à distância. No entanto, a formação de um professor treinado e

experiente que trabalha em escolas, faculdades ou universidades convencionais pode ajudá-lo a garantir o alcance das necessidades de aprendizagem de alunos a distância (VELOSO; MILL, 2018).

Uma questão bastante controversa se refere à precarização do trabalho docente, pois envolve questões salariais e trabalhistas. De acordo com Bertini e Passos (2016), na organização do sistema UAB, todos os profissionais que atuam nos cursos de formação são remunerados por meio de bolsas de estudos, as quais, porém, não garantem o vínculo empregatício, necessário para a garantia de alguns direitos trabalhistas, e também não permitem a inserção desse tempo de trabalho na categoria docente.

Tal situação, segundo Lapa e Pretto (2010), contribui para a precarização do trabalho docente, levando esta atividade a ser considerada como um extra, o que pode resultar em uma carga excessiva para esses profissionais. Outra situação de desigualdade se refere aos valores das bolsas dos tutores virtuais no sistema UAB, que correspondem a cerca de 70% do valor pago aos professores categorizados como professor-pesquisador conteudista e professor-pesquisador.

Para Veloso e Mill (2018, p. 129), envolvidos neste intenso processo de precarização, “os docentes que atuam a distância ficam à mercê de uma política pública que, por vezes, prioriza os resultados quantitativos em detrimento da qualidade e de condições dignas de trabalho”.

Outra questão se refere à formação para atuar em EAD. O sistema de educação a distância trabalha em cooperação com instituições formais e os tutores são contratados principalmente por trabalharem no sistema formal de ensino. O treinamento é muitas vezes ignorado, assumindo que são professores treinados, não levando em conta que muitos não possuem habilidades para trabalhar com este modelo de educação, por não conhecerem a filosofia e as regras básicas que foram estabelecidas tendo em vista o processo do sistema ou as características dos alunos. Como resultado dessa situação, não há interação entre estes e os alunos, que sua intervenção não é necessária ou que não foram guiados adequadamente durante as reuniões agendadas ou quando entram em contato em caso de alguma dificuldade (LAPA; PRETTO, 2010).

Assim, a EAD tem servido para dar acesso à educação superior a milhares de indivíduos que, de outra forma, não dariam prosseguimento à escolaridade. Entretanto, tem servido para a expansão de uma significativa rede de instituições

privadas que se proliferou no país, oferecendo, muitas vezes, uma formação sem a qualidade necessária para uma inserção no mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa descritiva, que busca descrever um fenômeno ou um assunto. Eventualmente, pode-se reunir dados para estudar um público-alvo ou um determinado assunto, não buscando responder perguntas sobre 'por que' um fenômeno ocorreu/ocorre, mas 'quais' são as características do fenômeno ou do sujeito.

Também se classifica como uma pesquisa exploratória, pois busca levantar informações sobre determinado objeto, campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto; e transversal, por utilizar uma técnica de coleta de dados onde o investigador mede o resultado e as exposições nos participantes do estudo ao mesmo tempo (GIL, 2010).

A pesquisa exploratória é desenvolvida, geralmente, sob a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, que se constitui em uma “investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2015, p. 32).

Quanto a abordagem, se classifica como quantitativa, que, segundo Malhotra (2006, p. 37), é uma “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Para descrever melhor a população e amostra a ser estudada, em 2019, foi realizada uma conversa com a coordenadora da UAB Polo Montanha, a Senhora Urbênia Oliveira. Ela afirmou que em 2006 a Universidade Federal do Espírito Santo que até a presente data tinha um Polo do Nead UFES (Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal do Espírito Santo) em Montanha, aderiu ao projeto-piloto do curso de Administração à Distância da UAB. Afirmou ainda que durante esse período entre 2006 a 2019 os cursos de bacharelado em administração; licenciatura em filosofia, história e pedagogia; especialização em logística e epidemiologia; perfazendo um total de 102 alunos concluintes até a presente data.

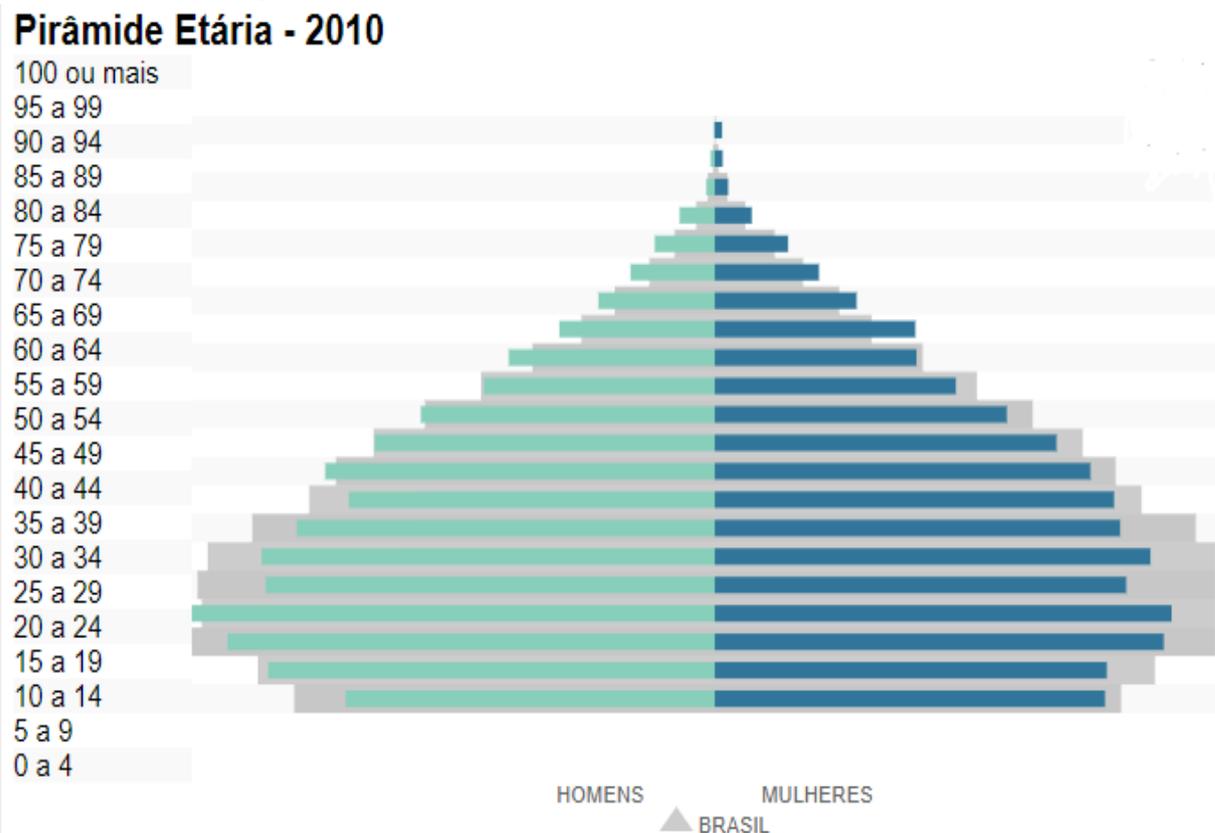
Foram encaminhados individualmente a todos os concluintes dos cursos relacionados acima da Universidade Aberta do Brasil, Polo Montanha-ES, por meio eletrônico o questionário da presente pesquisa e uma mensagem da coordenação

ênfatisando a finalidade do mesmo, contudo, o retorno de resposta do mesmo foi de 22,5% dos egresso.

O município, situado no extremo norte do Estado do Espírito Santo, tem sua economia baseada na agropecuária, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,667, considerado médio (IBGE, 2019).

A pirâmide etária do município (figura 9) apresenta uma alta concentração populacional na faixa etária de 10 a 39 anos, possuindo, portanto, a maioria de sua população economicamente ativa, tornando a qualificação profissional um fator chave para o desenvolvimento municipal.

Figura 9 – Pirâmide etária do município de Montanha



Fonte: IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 18 out. 2019.

A média salarial da população economicamente ativa é de 1,9 salários mínimos, considerada baixa. Entretanto, o município se encontra em uma região caracterizada por uma incidência significativa de pobreza, agravada pelo clima semi-árido, com longos períodos de estiagem que prejudicam a economia (FRANÇA et al., 2011).

A coleta de dados foi realizada através de questionário semi-estruturado, aplicado através do aplicativo Google Docs, uma tecnologia da web, contendo 16 perguntas. Primeiramente, o referido instrumento analisou as características sociodemográficas da amostra e posteriormente se dedicou a averiguar as percepções sobre o curso realizado, bem como o aumento da empregabilidade e posição no mercado de trabalho (Apêndice A).

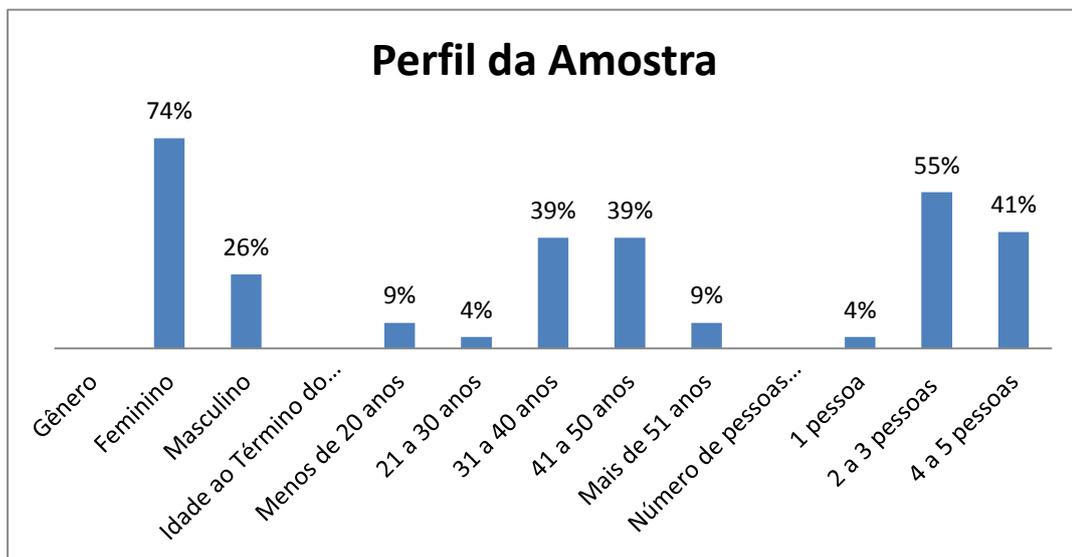
Para a análise dos dados, dos questionários respondidos pelos os concluintes, o próprio Google, automaticamente tabula os resultados obtendo-se a frequência absoluta e o percentual de cada uma.

O produto desta dissertação consiste na proposta de realização de um seminário no Polo UAB Montanha, a fim de socializar os resultados da pesquisa realizada, entendendo que esta é uma forma da instituição, bem como estudantes e sociedade, conhecerem a percepção dos ex-alunos sobre a qualidade da educação oferecida e do retorno profissional que obtiveram a partir da conclusão do curso, o detalhamento deste produto está descrito no Apêndice B.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um primeiro momento, o questionário buscou traçar um perfil da amostra, analisando gênero, idade ao término do curso e o número de pessoas que dependem da renda do entrevistado. Estas variáveis estão apresentadas na figura 10.

Figura 10 – Perfil da amostra



Fonte: Elaborado pelo Autor

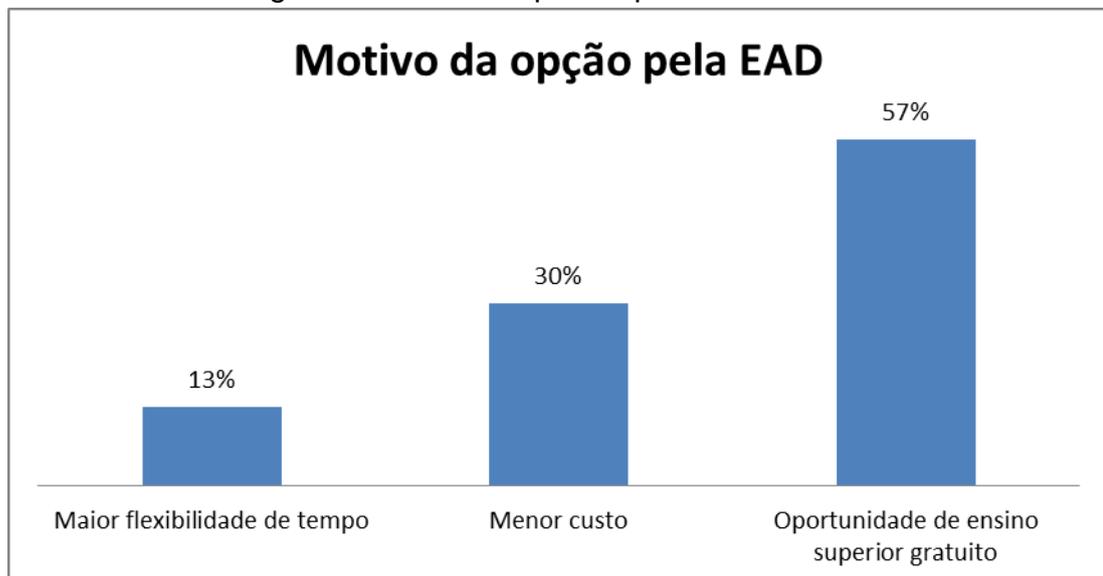
Observa-se que, dos 23 entrevistados, 17 (74%) são do sexo feminino e 6 (26%) do sexo masculino. Destes, dois (9%) estudantes concluíram o curso com idade inferior a 20 anos, um (4%) com idade entre 20 e 30 anos, nove (39%) entre 31 e 40 anos, nove (39%) entre 41 e 50 anos e dois (9%) com idade acima de 51 anos. Dentre os entrevistados, doze (55%) respondentes afirmaram ter entre 2 a 3 pessoas vivendo diretamente da sua renda, nove (41%) possuem entre 4 e 5 pessoas e um (4%) possui somente uma pessoa.

Em relação ao sexo da amostra, os resultados acima vão ao encontro daqueles obtidos no Censo da Educação Superior de 2019, onde o sexo feminino apresentou predominância nas instituições, tanto na modalidade presencial quanto na EAD. Quanto à idade, o mesmo censo observou que na EAD a idade média de conclusão é de 30 anos, situação que diferiu da constatada nesta pesquisa, onde o maior percentual se situou entre os 31 e 50 anos (BRASIL, 2019).

Pode-se perceber na figura abaixo que os fatores motivacionais apresentados pelos entrevistados para a procura do curso foram, a busca de melhoria profissional e a intenção de atuar na área, percebe-se ainda que aumentar a renda, adquirir conhecimento e oportunidade de cursar uma graduação não é vista pela maioria dos entrevistados como fator motivacional relevante.

Em relação aos motivos para realizar um curso de ensino superior, 11 (48%) afirmaram tê-lo feito para melhoria profissional, 6 (26%) alegaram ter intenção de atuar na área, 1 (4%) assinalou pretender aumentar sua renda, 3 (13%) alegaram que queriam ocupar o tempo livre, 1 (4%) o fez para adquirir conhecimento e 1 (4%) pela oportunidade de cursar uma graduação, como apresentado na figura 11.

Figura 11 – Motivos para a procura do curso



Fonte: Elaborado pelo Autor

Existe um sentimento predominante de que o ensino tecnológico não é tão importante quanto o ensino superior, mesmo havendo tecnólogos muito bem valorizados no mercado de trabalho, levando muitos indivíduos a buscarem os cursos superiores. Nesta pesquisa, a melhoria profissional foi o motivo mais citado para a busca do curso superior, sendo consenso que a obtenção de um diploma de nível superior é importante para a melhoria profissional e a empregabilidade. No entanto, há outros atributos igualmente necessários e que, muitas vezes, não estão sendo ensinados ou treinados nas instituições de ensino, como trabalho em equipe, comunicação interpessoal e resolução de problemas. Segundo Stokes (2015), também deve ser levada em conta a influência de fatores socioculturais como

gênero, etnia e classe social na empregabilidade, pois, apesar de sua importância, estão ausentes em grande parte das discussões sobre o tema na graduação e estudos sobre o papel e a eficácia das ferramentas de desenvolvimento da empregabilidade

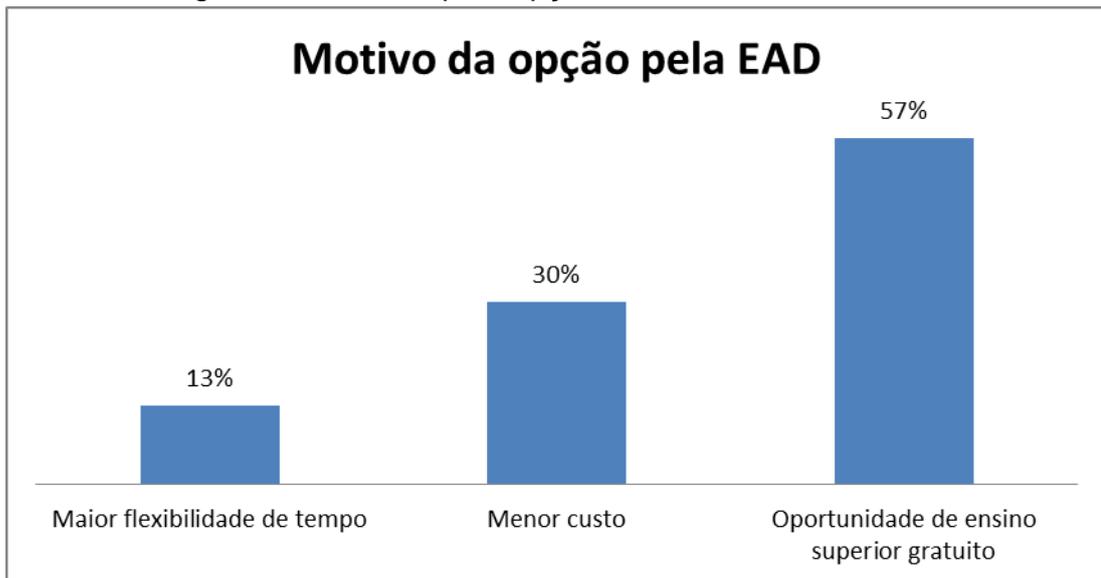
De acordo com Barros (2010, p. 73), existe uma “tensão entre o desejo de ascensão social e profissional a partir do aumento de grau de escolaridade e a manutenção de padrões socioculturais” entre os jovens, que se apresenta “como uma entre as múltiplas e diferenciadas experiências de transição para a vida adulta”. Esta tensão se evidencia na elaboração de um projeto de vida que visa, por um lado, manter o vínculo com os valores da família de origem e, por outro, alcançar um status mais reconhecido na sociedade, através de um diploma universitário e de uma melhor posição no mercado de trabalho.

A intenção de atuar na área foi a segunda motivação para a amostra buscar o curso superior escolhido. Entretanto, tem sido bastante discutida a falta de atributos de estudantes. Para Stokes (2015, p. 4), existe uma lacuna entre as habilidades que os empregadores procuram nos graduandos e o que está sendo ensinado nas universidades, argumentando ainda que “a responsabilidade de educar indivíduos enquanto os prepara para o mundo do trabalho é uma responsabilidade compartilhada entre os provedores de educação e os empregadores” e não é de responsabilidade exclusiva do provedor de educação ou do empregador.

O autor acrescenta, ainda, que as faculdades e universidades “não serão capazes de gerar retornos mais tangíveis sobre o investimento para nossos graduados, a menos que o abismo em rápida expansão entre o que as instituições de ensino superior produzam e o que os empregadores desejam seja fechado” (STROKES, 2015, p. 14).

Ao serem questionados sobre o porquê de terem optado pela EAD, 3 (13%) afirmaram ter sido pela maior flexibilidade de tempo, 7 (30%) devido a menor custo e 13 (57%) pela oportunidade de ter um ensino superior gratuito (Figura 12).

Figura 12 – Motivo pela opção de um curso a distância

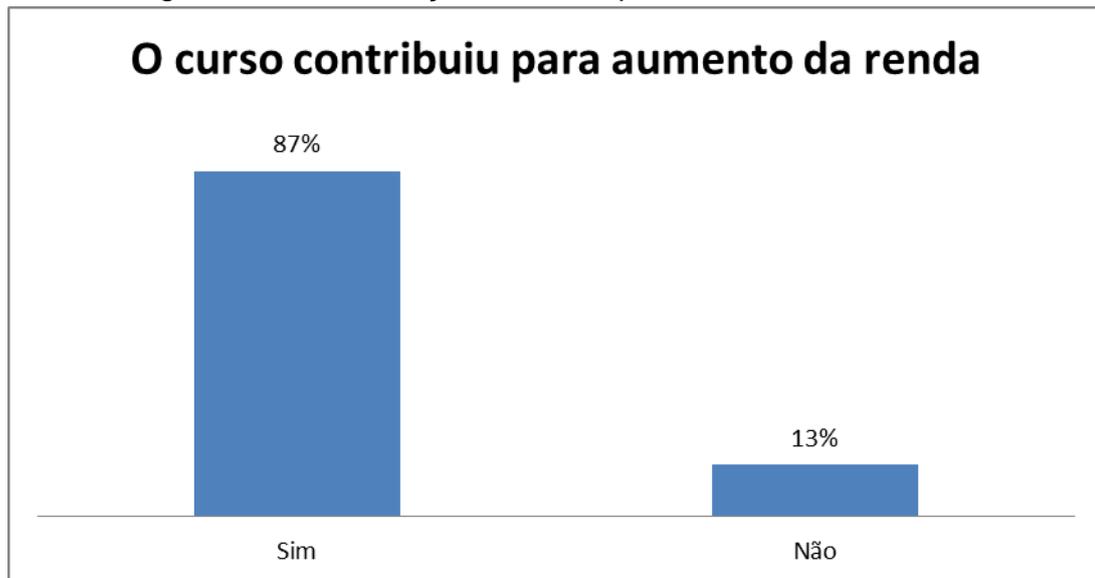


Fonte: Elaborado pelo Autor

Existe uma extensa literatura sobre a motivação de estudantes que optaram por cursos a distância e que obtiveram os mesmos resultados que esta pesquisa, sendo os motivos mais citados a flexibilidade de horário; acessibilidade; possibilidade de conciliar outros afazeres com os estudos; renome da instituição e a qualidade da instituição; economia de tempo além da facilidade de uso do computador; falta de outras opções acadêmicas na região; indisponibilidade de tempo para frequentar a modalidade presencial; oportunidade de cursar uma graduação; economia; facilidade de ingresso; e o valor mais baixo das mensalidades (VIANNEY, 2009; MORAIS; VIANA; CAMARGO, 2012; DURINI; RIBEIRO, 2013, FIUZA; SARRIERA, 2013; ISLAM, 2013; PEREIRA, 2013).

Perguntados se o curso contribuiu para um aumento da renda, 20 (87%) afirmaram que sim e somente 3 (13%) responderam negativamente, como mostrado na figura 13.

Figura 13 – contribuição do curso para o aumento da renda



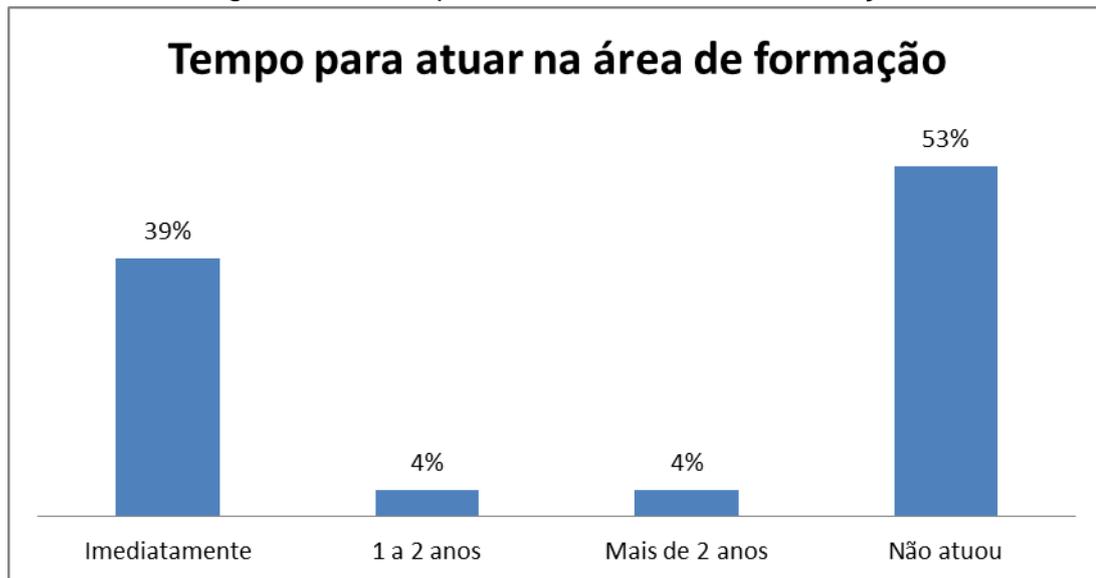
Fonte: Elaborado pelo Autor

Ao analisar o retorno financeiro do ensino, Barbosa Filho e Pessoa (2008) encontraram taxas altas para todas as etapas de escolaridade, entretanto, o ensino superior foi a que apresentou os maiores prêmios para os concluintes. De acordo com Menezes-Filho (2012), o alto retorno financeiro para os concluintes do ensino superior se relaciona à demanda por mão de obra qualificada no país, que ainda carece de profissionais qualificados, em especial nas áreas fundamentais como engenharia e medicina, enquanto nas áreas de ciências sociais, negócios e direito os prêmios salariais vêm apresentando queda.

Estudo de Barbosa, Petterini e Ferreira (2016), ao estimar os efeitos de curto e longo prazo sobre a renda de concluintes do ensino superior, observou que o surgimento de campus de universidades em municípios sem instituições de ensino superior, teve o efeito de aumentar significativamente em curto prazo a renda dos concluintes, o mesmo não ocorrendo em municípios maiores, onde os efeitos foram insignificantes no curto prazo, enquanto no longo prazo ocorreram ganhos para as economias locais.

Questionados sobre o tempo que levaram para atuar na área de formação, após formados, 9 (39%) responderam que imediatamente após a conclusão do curso, 1 (4%) afirmou que ocorreu entre 1 a 2 anos, 1 (4%) levou mais de 2 anos e 12 (53%) não atuaram ou atuam na área de formação (Figura 14).

Figura 14 – Tempo até atuar na área de formação



Fonte: Elaborado pelo Autor

Menezes-Filho et al. (2016) constataram que a variação do percentual de adultos com ensino superior está associada ao aumento na taxa de ocupação no mercado de trabalho e ao crescimento dos salários e da renda domiciliar per capita. No entanto, estes aumentos podem ocorrer devido aos próprios concluintes ou por externalidades geradas por conta de maiores níveis de capital humano na economia. Ao diferenciar os concluintes de instituições públicas e privadas, observaram que o ensino superior privado apresentou estimativas ligeiramente maiores do que nas universidades públicas na taxa de ocupação, enquanto no ensino superior público os rendimentos do trabalho e a renda domiciliar per capita foi mais alta. Para os autores, é possível que essas estimativas sejam decorrentes dos alunos das instituições privadas já estarem inseridos no mercado de trabalho desde a graduação e a taxa de ocupação representaria um possível aumento da demanda por ensino superior ou que os conteúdos dos cursos dessas instituições privadas estejam mais diretamente relacionados às habilidades requeridas no mercado de trabalho.

Neste estudo, um percentual significativo da amostra não atua em sua área de formação. De acordo com Santiago (2016, p. 46):

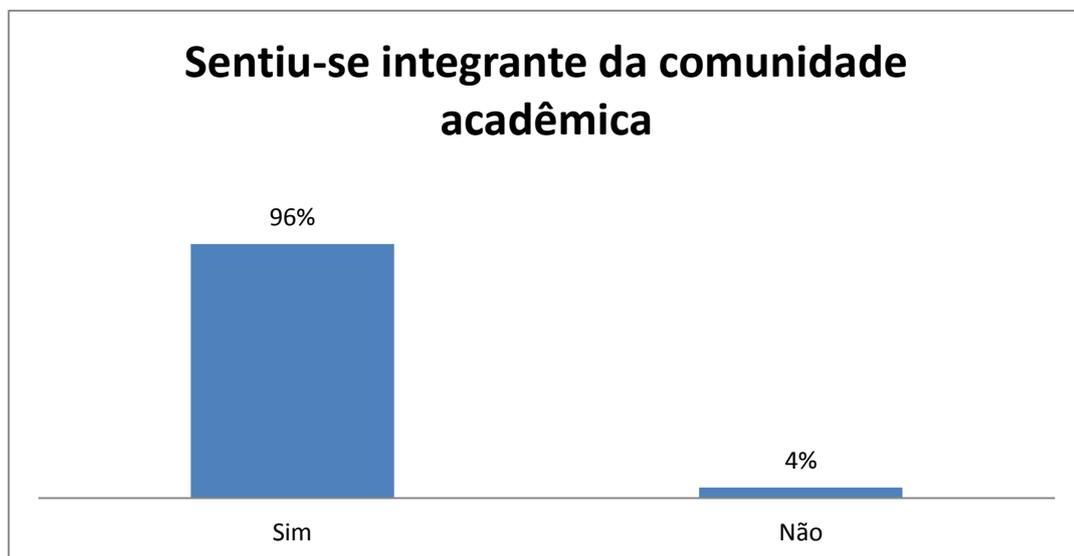
As dificuldades para o ingresso nesse mercado podem ser caracterizadas por um desenvolvimento pessoal ineficaz e insegurança no momento das contratações. Há também as dificuldades relacionadas com os cursos de graduação escolhidos, conseqüentemente os novos profissionais surgem, mas não se desenvolvem, não estão preparados, logo não são absorvidos

pelo mercado e assim sentem grande dificuldade em conseguir o primeiro emprego, independente da área de atuação ou do curso superior, uma vez que o fator determinante para o novo profissional é a experiência e para o mercado de trabalho são as regras e exigências já definidas por um mercado cada vez mais competitivo que requer a cada dia mais particularidades e talentos capazes de vencer os desafios impostos pela realidade global, onde a produção e os resultados estão em primeiro lugar.

Lemos, Dubeux e Pinto (2009) ressaltam que, devido à expansão do ensino superior, existe um significativo número de brasileiros com maior escolarização, mas que não conseguem obter colocações correspondentes às suas qualificações, devido a uma baixa correspondência entre a formação e as vagas de emprego disponíveis. Assim, o ingresso automático no mercado de trabalho após a obtenção de um diploma de nível superior deixou de existir há décadas, enquanto o trabalho precário, informal e o desemprego se ampliou para essa população, especialmente os mais jovens.

Ao serem inquiridos se sentiram-se parte integrante da comunidade acadêmica da Universidade Aberta do Brasil Polo Montanha, 22 (96%) responderam afirmativamente e somente 1 (4%) afirmou que isso não ocorreu (Figura 15).

Figura 15 – Participação na comunidade acadêmica



Fonte: Elaborado pelo Autor

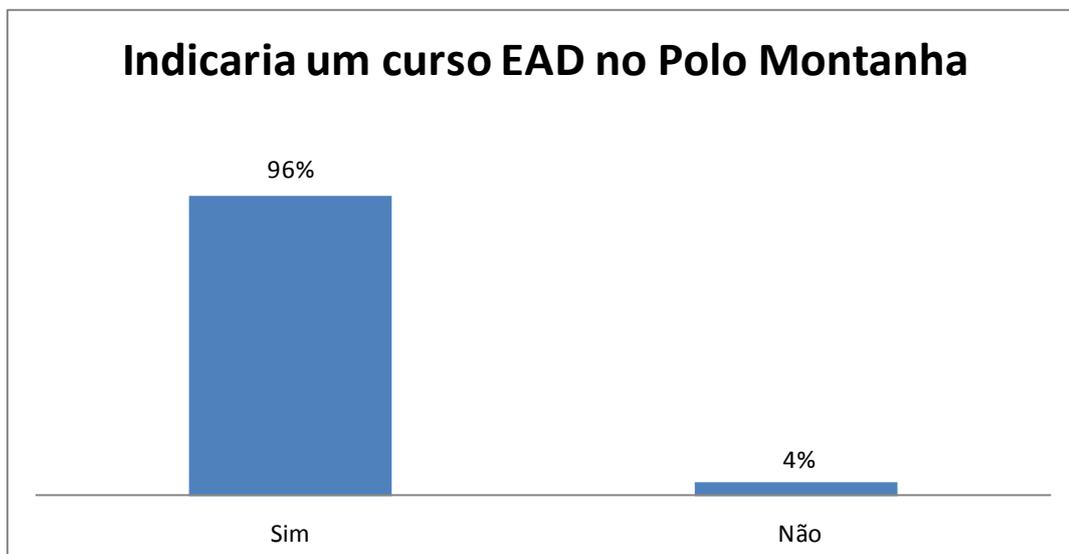
Neste estudo, quase a totalidade dos alunos sentiram-se integrados. À comunidade acadêmica, entretanto, segundo Mills (2003), como o aluno está fisicamente separado do ponto de instrução, por definição ele também está ausente da infraestrutura da vida universitária e dos serviços estudantis, que incluem apoio

aos estudos, biblioteca, exames, o convívio no campus, os alunos precisam de uma infraestrutura de suporte independente do campus. E, por excelentes que sejam os materiais de aprendizagem, o fator pessoal - a capacidade de resolver os próprios problemas de aprendizagem e receber o apoio emocional para estimular a aprendizagem - ainda é importante: todos os alunos precisam de contato humano e interação viva.

Não foram encontrados estudos que tenham buscado avaliar o sentimento de pertencimento dos alunos da EAD na comunidade acadêmica, a fim de compará-los a esta pesquisa. Entretanto, Smith (2014) ressalta que as instituições que oferecem esta modalidade de ensino devem atuar de forma que os serviços aos alunos, os professores e a área técnica trabalhem juntos como um todo contínuo. Por sua vez, isso exige uma infraestrutura tecnológica sólida, capaz de vincular sistemas, bem como funcionários que possam cooperar além das fronteiras departamentais, entendendo que o compromisso institucional ao mais alto nível é essencial, assim como o compromisso contínuo de investir em tecnologia e que fornecer um serviço abrangente para alunos a distância não é uma questão simples, mas necessária, pois um apoio efetivo contribui para a satisfação e retenção dos alunos.

Também quando perguntados se indicariam um curso na modalidade EAD do Polo Montanha, 22 (96%) responderam afirmativamente e somente 1 (4%) respondeu que não, como apresentado na figura 16.

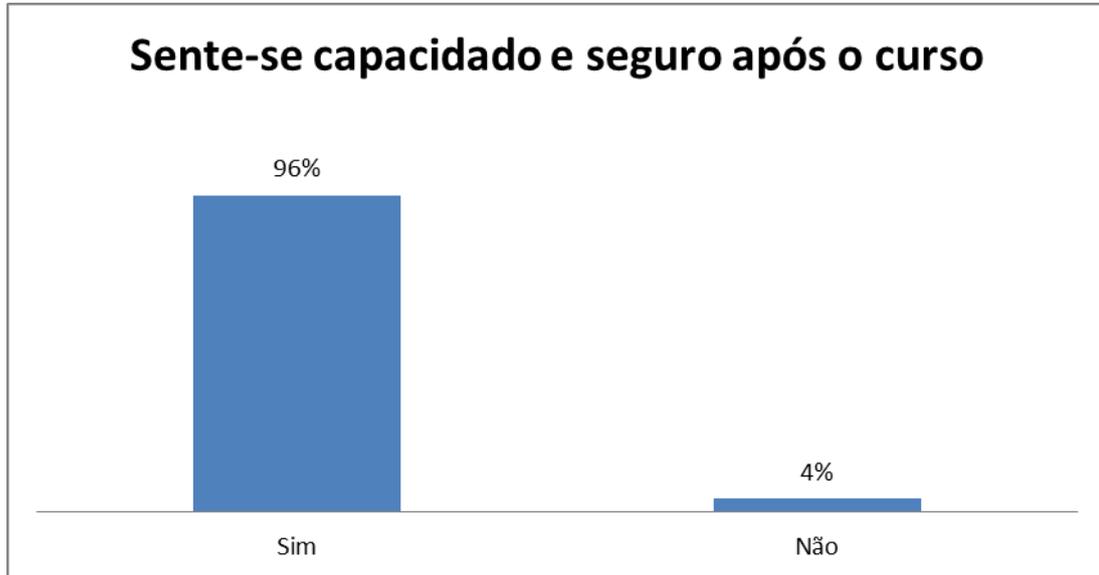
Figura 16 – Indicaria um curso na instituição



Fonte: Elaborado pelo Autor

Quando questionados sobre sentirem-se capacitados e seguros para realizar intervenções a partir dos conhecimentos adquiridos na formação EAD, 22 (96%) responderam afirmativamente e somente 1 (4%) respondeu que não (Figura 17).

Figura 17 – Sente-se capacitado e seguro após o curso



Fonte: Elaborado pelo Autor

As respostas obtidas nos dois questionamentos acima têm relação direta com a questão imediatamente anterior, sabendo-se que um indivíduo só recomenda determinado serviço ou produto ou sente-se seguro e capacitado com os conhecimentos que adquiriu quando sente que a qualidade do mesmo foi satisfatória.

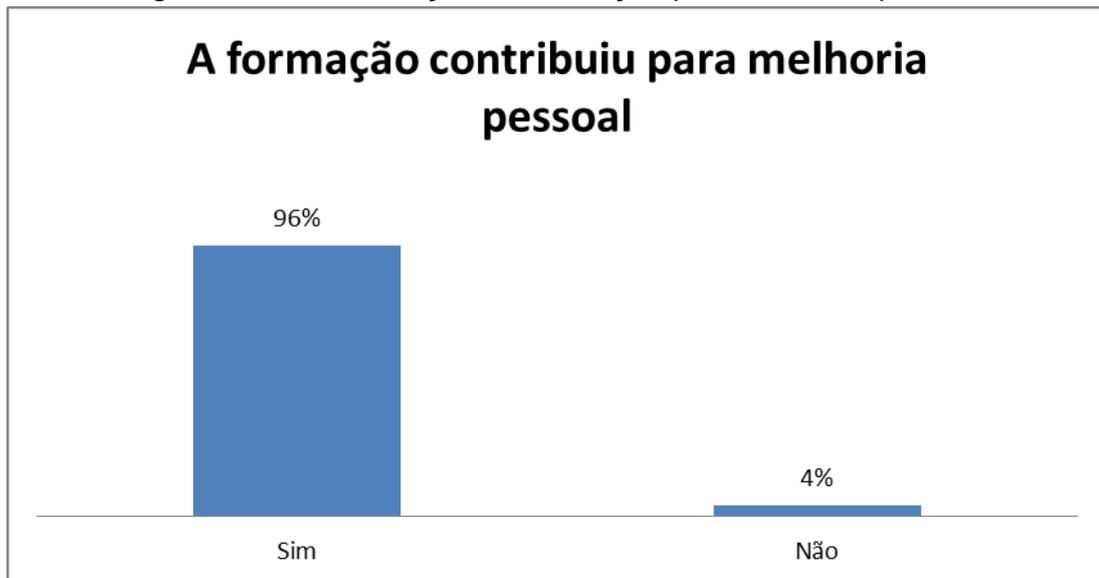
De acordo com pesquisa de Silva e Fernandes (2012), a questão da qualidade ainda divide muitos alunos da EAD, havendo aqueles que o consideram inferior ao ensino presencial, mas esta visão tem sido mudada ao longo do tempo, especialmente devido a instituições sérias, com cursos de qualidade, que levam, inclusive à desistência e abandono daqueles que acreditam que esta modalidade é mais fácil e que não demanda esforço.

Este pensamento negativo, e muitas vezes discriminatório, se deve ao surgimento de muitas instituições de ensino à distância nas últimas décadas e que, segundo Silva (2008, p. 6), se apresentam muitas vezes com baixa qualidade e preços reduzidos. Por conta disto, as faculdades em geral passam por dificuldades

para seduzir estudantes, “mas não se trata apenas de atraí-los, é preciso mantê-los, provendo ensino de qualidade, para que fiquem satisfeitos”.

Ao serem indagados se a formação superior à distância na Universidade Aberta do Brasil polo Montanha contribuiu para a melhoria da sua vida pessoal, 22 (96%) responderam afirmativamente e 1 (4%) respondeu que não, como apresentado na figura 18.

Figura 18 – Contribuição da formação para melhoria pessoal



Fonte: Elaborado pelo Autor

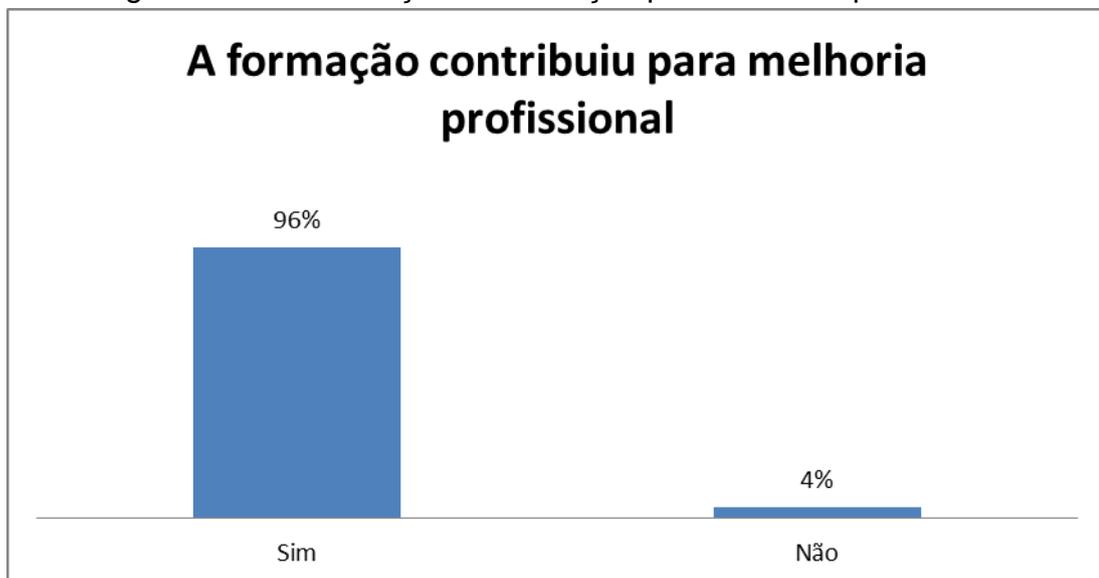
É consenso que a educação universitária está além dos benefícios acadêmicos, oferecendo aos alunos a chance de desenvolver atitudes e habilidades que lhes dão capacidade de trabalhar com os outros e uma melhor compreensão de si e do mundo ao seu redor, firmando sua identidade, papel e sonhos, através das experiências e oportunidades de autodesenvolvimento. O ensino superior não somente oferece conteúdos na área escolhida, mas também ensina a entender assuntos complexos, pensar analiticamente e comunicar ideias de maneira eficaz, além de aprender novas habilidades importantes, como organização, autodisciplina e como ver uma tarefa do início ao fim (AUDIBERT; TEIXEIRA, 2015).

Um dos benefícios mais importantes da educação é como ela melhora a vida pessoal e ajuda as sociedades a funcionar com menos problemas. De acordo com a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2014), as pessoas instruídas estão mais ativamente envolvidas em várias atividades da sociedade, como voto, voluntariado, interesse político e confiança interpessoal. O

conhecimento em muitos campos contribui para a participação nessas atividades e eventos. A educação - o conhecimento e as habilidades acumulados alcançados ao longo dos anos de aprendizado - conscientiza as pessoas do que são capazes, permitindo-lhes melhorar suas vidas e contribuir com o mundo em geral. Depois de passar muitos anos aprendendo, as pessoas tendem a se sentir mais felizes e mais satisfeitas ao levar uma vida educada. O conhecimento que os alunos adquirem e as habilidades que desenvolvem, decorrentes da sua educação, permitem que participem de eventos e atividades culturais e sociais. Conseqüentemente, a educação promove estilos de vida mais completos e satisfatórios. Além de melhorar a vida cotidiana, indivíduos instruídos tendem a viver vidas mais longas do que aqueles sem instrução.

Quando perguntados se a formação superior à distância na Universidade Aberta do Brasil polo Montanha contribuiu para a melhoria da sua vida profissional, 22 (96%) responderam afirmativamente e 1 (4%) respondeu que não (Figura 19).

Figura 19 – Contribuição da formação para melhoria profissional



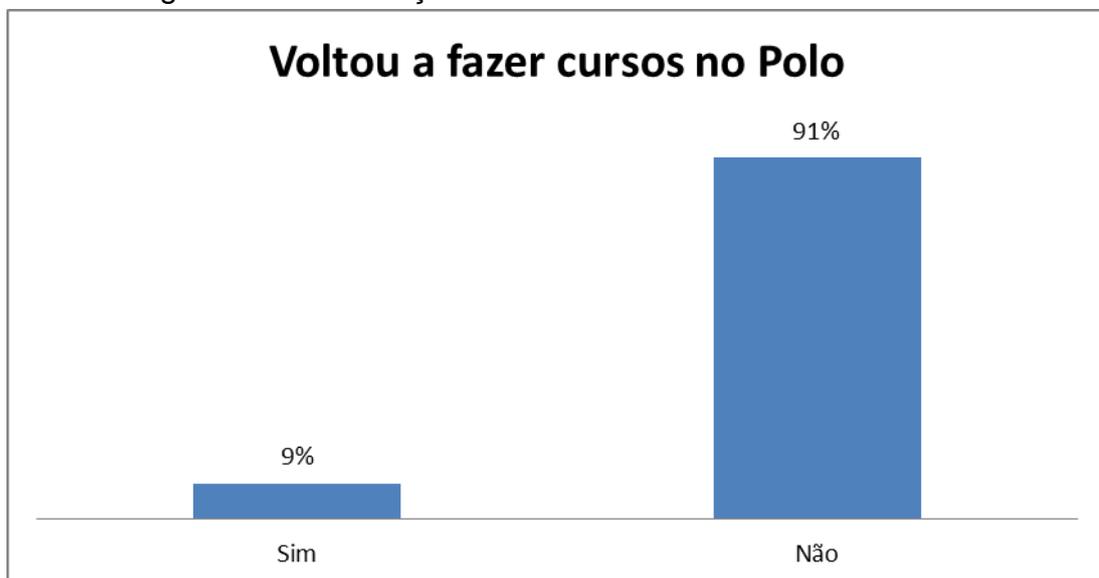
Fonte: Elaborado pelo Autor

Como discutido anteriormente, em geral, indivíduos mais instruídos obtêm salários maiores do que aqueles que possuem escolarização menor. Nesta pesquisa, a quase totalidade dos respondentes alcançou melhoria profissional após a realização do curso superior. Segundo Lemos, Dubeux e Pinto (2009), ao considerar os benefícios potenciais de buscar um curso superior, geralmente se pensa em uma carreira estável e bem-sucedida e melhoria profissional, sendo

comum a ideia de que indivíduos que cursam o ensino superior geralmente são mais ricos do que aqueles que não o fazem. Embora isso possa ser uma razão válida para convencer alguém a continuar sua educação além do exigido pelo Estado, os benefícios da educação, como afirmado anteriormente, também se estendem à qualidade de vida de forma muito ampla, o que acaba influenciando a performance do trabalhador, tornando-o mais competitivo no mercado de trabalho. Assim, ao melhorar a qualidade de vida, tem-se uma melhora na produtividade e vice-versa, entendendo que as melhorias decorrentes da educação abrangem o domínio da estabilidade financeira e o da estabilidade mental - não só é mais seguro financeiramente, mas também é mais provável que desfrute de muitos aspectos da vida como alguém realizado intelectualmente.

Questionados se, após a conclusão do curso superior à distância na Universidade Aberta do Brasil Polo Montanha, voltaram a fazer outro curso nesta mesma instituição, 21 (91%) responderam afirmativamente e 2 (9%) responderam que não (Figura 20).

Figura 20 – Realização de outros cursos no Polo Montanha



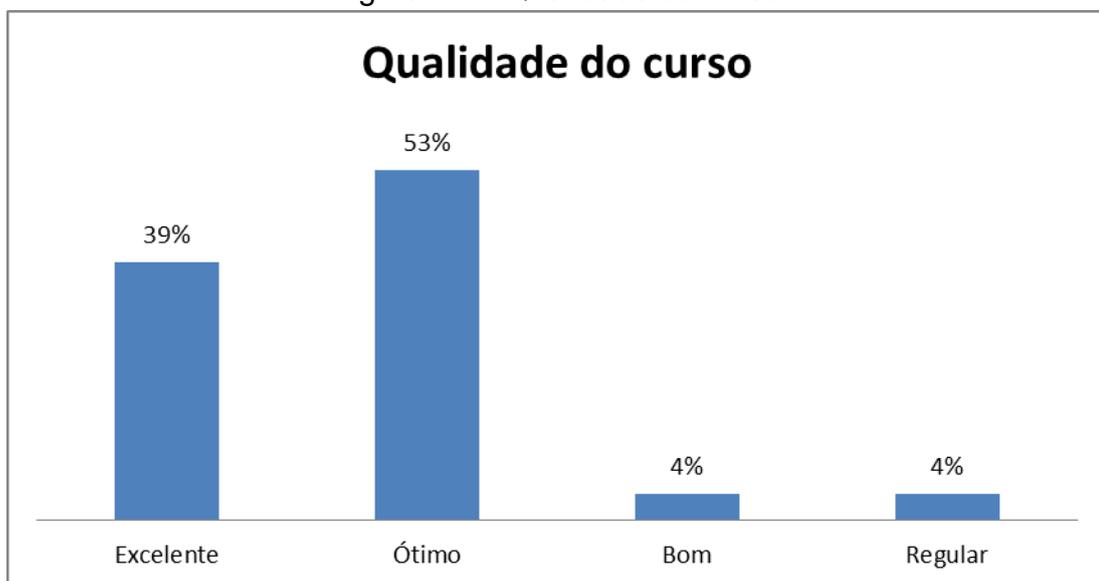
Fonte: Elaborado pelo Autor

Observa-se que uma pequena parcela da amostra voltou a fazer cursos no Polo. Tal fato pode se dever a pouca disponibilidade de cursos de pós-graduação nestes locais, além de serem oferecidos em áreas específicas, que podem não coincidir com aquela escolhida pelo aluno da graduação ou licenciatura. Entretanto, no mercado de trabalho atual, o desenvolvimento profissional contínuo é essencial

em todos os segmentos. Entretanto, de acordo com Baggio et al. (2005), é essencial que os profissionais mantenham seus conhecimentos e habilidades atualizados para que possam oferecer um serviço de alta qualidade que proteja o público e atende às expectativas dos clientes e aos requisitos de sua profissão.

No que se refere à qualidade do curso, quando solicitados a avaliar, 9 (39%) consideraram excelente, 12 (53%) avaliaram como ótimo, 1 (4%) como bom e 1 (4%) como regular, como se pode observar na figura 21.

Figura 21 – Qualidade do curso



Fonte: Elaborado pelo Autor

Observa-se que, neste estudo, os estudantes consideraram o curso com qualidade ótima e excelente. A qualidade de um serviço acadêmico é um fator muito significativo, pois a satisfação ocorre com base no serviço oferecido e sua sobrevivência e reputação dependem do atendimento às expectativas dos estudantes, que são os usuários dos serviços e, portanto, os melhores avaliadores. Entretanto, a expectativa de cada um é diferente, tornando-se esta uma avaliação subjetiva. Enquanto as empresas esperam lucro pelos serviços ou bens fornecidos, medindo sua qualidade pelo retorno do investimento, as instituições educacionais produzem conhecimento e o seu retorno é entregue por meio de valores sociais, educacionais ou culturais, difíceis de mensurar (BERTOLIN, 2009).

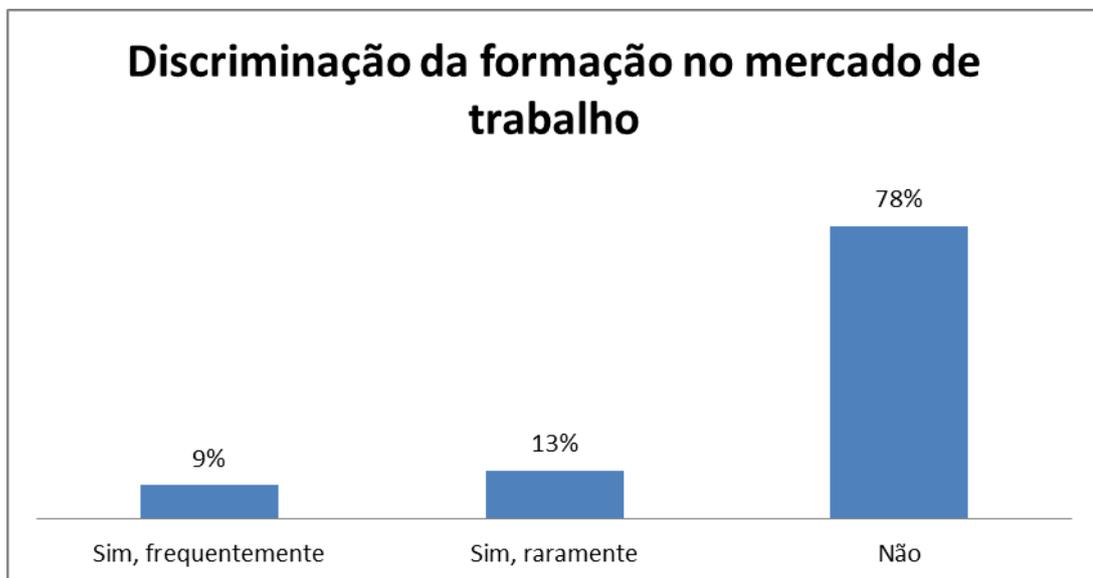
De acordo com Cavalieri, Macedo-Soares e Thiollent (2004, p. 50), a qualidade é confundida de forma equivocada no meio acadêmico com eficiência e excelência, ressaltando que:

Um curso pode ser considerado eficiente e bem estruturado, submetendo os estudantes a avaliações, a estudar e a permanecer no curso. Mas será que ele pode contribuir para desenvolver pessoas independentes, eficazes e com um pensamento crítico e inovador?

Existem diferentes enfoques sobre o termo qualidade no ensino. A perspectiva economicista, relacionada ao ideário neoliberal, se refere a formar os indivíduos para o mercado de trabalho, com foco no crescimento econômico. A visão pluralista atribui à educação superior não somente a missão relacionada à questão econômica, mas também aquelas que se voltam ao desenvolvimento cultural, social e democrático dos países e sociedades. Por fim, a visão da equidade, compreende a qualidade como garantia de oportunidades iguais e as mesmas possibilidades de ingressar em um curso superior, independentemente das suas condições pessoais, familiares, seu histórico social, sua etnia, religião ou sexo (BERTOLIN, 2009).

Ao serem perguntados se observaram discriminação em relação a sua formação superior a distancia frente ao mercado de trabalho, 2(9%) responderam que sim, frequentemente, 3(13%) afirmaram que sim, raramente, e 18(78%) responderam não ter sofrido nenhuma discriminação (Figura 22).

Figura 22 – Discriminação no mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pelo Autor

Apesar da EAD ter apresentado uma grande evolução desde a sua regulamentação no país, ainda é possível se observar, como ocorreu nesta pesquisa, preconceitos a essa modalidade de ensino. Não é rara a impressão, por parte de muitos, de que se constitui em uma modalidade com pouca qualidade,

voltada a pessoas que desejam um diploma fácil, com alunos despreparados e de baixo poder aquisitivo (MORAN, 2012).

Outro pensamento sobre esta modalidade é o de que os cursos oferecidos possuem menor qualidade em relação ao ensino presencial e, portanto, aqueles que são formados nessa modalidade apresentam menos competência do que aqueles formados em salas de aula, através de cursos presenciais. Este preconceito decorre de iniciativas mal sucedidas e também de um grande número de instituições e cursos que não têm como meta uma educação de qualidade, o que contribui para uma generalização dessas opiniões

Entretanto, Bueno (2011, p. 28) ressalta que:

O preconceito e a resistência que ainda existem em relação a esta modalidade de ensino não a têm impedido de crescer e se consolidar. Neste aspecto, muitas universidades têm procurado se capacitar (e capacitar seus funcionários e docentes) para atuar de maneira eficaz, garantindo recursos para produção e estimulação de materiais, aulas e debates que promovam a qualidade do conhecimento produzido, transmitido e construído para (e entre) os alunos.

Entende-se, a partir das respostas obtidas, que mesmo com o preconceito, os estudantes que se dedicam seriamente ao curso podem alcançar o mercado de trabalho de forma igual àqueles que freqüentaram um curso presencial.

Ao serem solicitados a apontar as contribuições que a Universidade Aberta do Brasil polo Montanha promove na região, os respondentes citaram uma qualificação de qualidade; oportunidade de estudo para aqueles que não têm condições financeiras para estudar em instituições privadas, assim como para quem não dispõe de tempo para fazer um curso presencial; oportunidade de formação e melhoria de vida; maior interação entre os profissionais da área; valorização do profissional da região (município); formação de profissionais capacitados para atuar no mercado de trabalho; universalização do ensino; oportunizar ao estudante obter uma graduação com maior comodidade, sabendo que a Universidade é de excelência acadêmica.

As respostas da amostra confirmam o pensamento de Moran (2012), para quem as mudanças no mercado de trabalho, no processo econômico e na cultura globalizada demandam que os sistemas educacionais sejam transformados, a fim de desenvolver nos indivíduos múltiplas competências e qualificação. Para tanto, é necessário que o ensino superior alcance estes indivíduos onde quer que estejam,

para que possam se tornar atores do desenvolvimento de suas localidades, contribuindo para o crescimento econômico, social e cultural, não somente desses locais, mas também de si mesmos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade, e também a educação, vêm sofrendo transformações e aprimoramentos, em busca de melhoria e adaptação às novas necessidades. A EAD surgiu da busca por uma forma diferenciada de aprendizagem que permitisse alcançar diversos segmentos, antes excluídos do processo educacional devido a fatores como localização geográfica, disponibilidade de horários, entre outros.

Este estudo buscou estimar a percepção dos estudantes da EAD na UAB Polo Montanha, correlacionando o ensino superior com o aumento de renda e empregabilidade. Os resultados deste estudo não diferiram de outras pesquisas realizadas sobre o perfil do aluno da Educação a Distância, constatando que os alunos da UAB Polo Montanha são, em sua maioria, do sexo feminino, com a maioria na faixa etária de 31 a 50 anos, responsáveis pela renda de 2 a 5 pessoas. Por ser um público adulto, que provavelmente já está inserido no mercado de trabalho, os métodos de ensino da EAD podem ser a alternativa possível de se capacitar e dar continuidade aos estudos.

Apesar das divergências quanto ao tema, a EAD é uma realidade concreta, tendo sido possível concluir, através das respostas obtidas pelos entrevistados, que esta se constitui em uma estratégia de política inclusiva, proporcionando oportunidades para aqueles indivíduos que não possuem disponibilidade de tempo ou estão geograficamente distantes dos centros universitários, como é o caso do município de Montanha, podendo substituir o ensino presencial e disseminar conhecimento, tendo sido considerada pelos pesquisados como uma importante estratégia para o acesso de pessoas que não teriam como cursar a modalidade de ensino presencial, a fim de obter melhorias na vida pessoal e profissional.

Entende-se que, por si só, a EAD não é capaz de resolver todos os problemas educacionais de nível superior no país, mas sua utilização vem possibilitando mudanças significativas nas estatísticas de ingresso na educação superior no Brasil. Entretanto, muito ainda há que se caminhar para que a EAD, como expressão emergente da sociedade da informação, possa oferecer cursos com qualidade, ajustados às necessidades da população. Tal situação se deve à precariedade do trabalho docente, bem como pela expansão acelerada, através de instituições que vêm se preocupando quase que essencialmente com a quantidade, deixando a qualidade relegada a segundo plano.

Como qualquer modalidade, a EAD ainda necessita de aprimoramentos, possuindo falhas que podem ser corrigidas, mas o importante papel que desempenha ao levar ensino superior às regiões de difícil acesso e garantir a continuidade dos estudos deve ser ressaltado, pois, através dela, muitos profissionais tem se graduado e especializado, ampliando suas possibilidades de ascensão no mundo do trabalho e manutenção da sua empregabilidade, através do aumento de suas qualificações profissionais, evitando tornar-se inadequado para aqueles postos que exigem maiores requisitos. Vale ressaltar que não basta somente um diploma de nível superior, sendo necessário mais do que o que se vem aprendendo nas instituições de ensino, que muitas vezes não têm dado conta de desenvolver habilidades necessárias, como trabalho em equipe, proatividade, criatividade, dentre outras características consideradas essenciais para se manter no mundo do trabalho.

Nesta pesquisa, foi possível constatar que uma parcela significativa dos estudantes do Polo Montanha, apesar de terem conseguido avanços na renda e na melhoria profissional, tendo considerado o curso de excelente qualidade, ainda não atuam em sua área de formação. Apesar do estudo não ter se aprofundado nas razões para esta situação, sabe-se que a expansão do acesso à educação, leva muitos indivíduos a buscarem a obtenção de um diploma em nível superior, mesmo que este não esteja relacionado à sua área de atuação, pois historicamente esse nível de ensino sempre esteve vinculado às elites nacionais. Assim, é importante que as universidades busquem se alinhar às demandas do mercado de trabalho, a fim de oferecer cursos de formação que estejam vinculados às necessidades locais.

Conclui-se que, na visão dos estudantes, a UAB Polo Montanha oferece cursos de excelente qualidade, integrando-os na comunidade acadêmica e levando-os a uma melhoria profissional e pessoal, além do aumento da renda, tendo sido considerado positivo em todos os aspectos.

Considera-se como limitação desta pesquisa a amostra pertencer a um contexto específico, não envolvendo instituições públicas e privadas, não sendo possível generalizar estes resultados, inclusive pelo tamanho da amostra. Entretanto, acredita-se que tais limitações não reduzem a importância da investigação deste tema, cujo debate está longe de se esgotar. Sugere-se, para pesquisas futuras, estudos com amostras maiores e que envolvam instituições públicas e privadas, a fim de uma melhor identificação desses estudantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. F. **Educação, qualificação profissional e mercado de trabalho: estudo sobre os impactos na educação da expansão econômica do complexo industrial de Suape/PE/Brasil**. 2013. 177 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013.
- ALONSO, K. M. A expansão do ensino superior no Brasil e a EAD. Dinâmicas e Lugares. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, p. 1319-35, 2010.
- ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **RBAAD**, v. 10, n. 7, p. 1-10, 2011.
- ALVES, M. G. Como se entrelaçam a educação e o emprego? Contributos da investigação sobre licenciados, mestres e doutores. **Revista Interações**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 179-201, 2005.
- ANDRADE, M. E. C. **Processo de ensino-aprendizagem via Internet**. 2010. 148 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- ANG, M. C. H. Graduate employability awareness: a gendered perspective. **Procedia Social and Behavioral Sciences**, v. 211, n. 3, p. 192-198, 2015.
- ARIEIRA, J. O. et al. Avaliação do aprendizado via educação a distância: a visão dos discentes. **Ensaio: Avaliação, Políticas Públicas em Educação**, v. 17, n. 63, p. 313-40, 2009.
- AUDIBERT, A.; TEIXEIRA, M. A. P. Escala de adaptabilidade de carreira: Evidências de validade em universitários brasileiros. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 16, n. 1, p. 83-93, 2015.
- BAGGIO, L. et al. Como manter a empregabilidade em tempos de crise. In: Encontro Estadual de Engenharia da Produção, 1., 2005, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: APREPRO, 2005, p. 1-16.
- BARBOSA FILHO, F. H.; PESSÔA, S. Retorno da Educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 38, n. 1, p. 97-125, 2008.
- BARBOSA, M. P., PETTERINI, F.; FERREIRA, R. T. Avaliação do Impacto da Política de Interiorização das Universidades Federais sobre as Economias Municipais. In: Encontro Nacional de Economia, 43, Maringá, 2014. **Anais...** Maringá: ANPEC, 2016.
- BARROS, A. S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educ. Soc.**, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015.
- BATISTA, R. L. Da relação entre reestruturação produtiva e educação profissional. In: Simpósio de Filosofia e Ciência, 6., 2005, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2005.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

BERTINI, L. F.; PASSOS, C. L. B. O papel do tutor virtual na formação de professores dos anos iniciais na modalidade a distância: a matemática em foco. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 83-98, 2016.

BERTOLIN, J. C. G. Qualidade em educação superior: da diversidade de concepções a inexorável subjetividade conceitual. **Avaliação**, v. 14, n. 1, p. 127-149, 2009.

BLOIS, M. M. A busca da qualidade na educação superior a distância no Brasil: Situação atual e algumas reflexões. **RIED**, v. 7, n. 1/2, p. 97-111, 2004.

BORTOLOTTI, M. F. P. O profissional e a gestão da sua carreira. **Revista Expectativa**, v. 2, n. 2, p. 7-9, 2013.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

_____. **Decreto nº 5773**, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

_____. **Decreto nº 6303**, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005 e 5.773, de 9 de maio de 2006. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

_____. **Decreto-Lei nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

_____. **Decreto-Lei nº 5.800**, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

_____. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Portaria nº 19**, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

_____. **Portaria nº 2.117**, de 06 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

_____. **Portaria nº 2253**, de 18 de outubro de 2001. Autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos. Brasília: Ministério da Educação, 2001.

_____. **Sistema de Universidade Aberta da Brasil**. Disponível em:

<http://uab.educacaoaberta.org/>. Acesso em: 22 out. 2019.

BUENO, N. C. A educação a distância no Brasil: um debate para valorização e reconhecimento desta modalidade de ensino. **Anuário da produção acadêmica docente**, v. 5, n. 13, p.31-40, 2011.

CAMPOS, K. C. L. **Construção de uma escala de empregabilidade: competências e habilidades pessoais, escolares e organizacionais**. 2006. 153 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____ et al. Conceito de Empregabilidade na visão de alunos de Psicologia. In: Congresso Norte-Nordeste de Psicologia, 3., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade São Francisco, 2003, p. 422-423.

CARVALHO, P. C. **Empregabilidade: a competência necessária para o sucesso no novo milênio**. 6. ed. Campinas: Alínea, 2009.

CAVALIERI, A.; MACEDO-SOARES, T. D. L. V. A.; THIOLENT, M. **Avaliando o desempenho da universidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

CHIMENES, E. G.; PRATES, G. C. A. A educação corporativa por meio da tecnologia da informação. **Rev FAE**, v. 18, n. 1, p. 20-30, 2015.

COELHO, M. G. B. **A preparação de agentes educativos para atuar com a modalidade de educação a distância: um modelo de qualificação**. 2002. 87 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

COSTA, M. L. F. Educação a Distância no Brasil. In: COSTA, M. L. F. (Org.). **Educação a Distância no Brasil: Avanços e Perspectivas**. Maringá: Eduem, 2013.

COUTINHO, C. LISBOA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, v. 17, n. 1, p. 5-22, 2011.

DURINI, W. B.; RIBEIRO, L. M. Percepções no ensino superior a distância: uma análise do curso de administração em uma universidade virtual no RS. In: Colóquio de Gestión Universitaria en Américas, 13, 2013, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: FRBA, 2013. p. 37-49.

FERREIRA, M.; CARNEIRO, T. C. J. A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do Sistema Universidade Aberta do Brasil. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 228-242, 2015.

FERNANDES, S. K. **Construção do núcleo de educação a distância do SENAI/CTAI: estudo de caso**. 2005. 97 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FIUZA, P. J.; SARRIERA, J. C. Reasons for student adhesion and permanence in distance high education. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 4, p. 884- 901, 2013.

FOGAÇA, A.; SALM, C. **A propósito do seminário sobre educação, força de trabalho e competitividade**. In: ALBUQUERQUE, R. C.; VELLOSO, J. P. (Orgs.). **Novo modelo para a educação no século XXI**. São Paulo: José Olympio, 2005.

FRANÇA, C. J. et al. **Regionalizações do Espírito Santo**: descrição das diferentes divisões regionais do Estado. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 2011.

FRANÇA, R. L. O estado, a educação e o trabalho: as ações de qualificação e formação dos trabalhadores a partir da apropriação de fundos públicos pelos sindicatos. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil, 8., 2009, Campinas. **Anais...** Campinas: FE/UNICAMP, 2009.

GASPAR, I. Ensino à distância e ensino aberto: paradigmas e perspectivas. **Discursos: língua, cultura e sociedade**, v. 3, n. esp. P. 67-76, 2001.

GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIOLO, J. A educação a distância e a formação de professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, dez. 2008.

GUAREZI, R. C. M.; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: InterSaber, 2012.

GUIMARÃES, N. A. **Qualificação como relação social**. In: PEREIRA, I.; LIMA, J.C.F. (Orgs.). **Dicionário da educação profissional**. 2. ed., Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008.

HEDAL, D. H.; ROCHA, M. O discurso da empregabilidade: o que pensam a academia e o mundo empresarial. **Cadernos EBAPE BR**, v. 9, n. 1, p. 139-154, 2011.

HERNANDES, P. R. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Ensaio: Avaliação, Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 95, p. 283-307, 2017.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 18 out. 2019.

ISLAM, A. K. M. Investigating e- learning system usage outcomes in the university context. **Computers & Education**, v. 69, p. 387- 399, 2013.

KARPINSKI, J. A. et al. Fatores críticos para o sucesso de um curso em EAD: a percepção dos acadêmicos. **Avaliação**, v. 22, n. 2, p. 440-457, 2017.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8. ed. São Paulo: Campinas, 2011.

_____. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2008.

KIRYAKOVA, G. Review of distance education. **Trakia Journal of Sciences**, v. 7, n. 3, p. 29-35, 2009.

LAPA, A.; PRETTO, N. L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Em aberto**, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, 2010.

LEMOS, A. H. C.; DUBEUX, V. J. C.; PINTO, M. C. S. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE BR**, v. 7, n. 2, p. 368-384, 2009.

LINS, L. M. **Educação, qualificação, produtividade e crescimento econômico: a harmonia colocada em questão**. Brasília: IPEA, 2011.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. **Educação a Distância**. São Paulo: Prentice Hall, 2008.

LITWIN, E. **Educação a Distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARCHISOTTI, G. G.; OLIVEIRA, F. B.; LUKOSEVICIUS, A. P. A representação social da educação a distância na perspectiva brasileira. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, v. 25, n. 96, p. 743-769, 2017.

MARTINS, C. F. **Quando a escola deixa de ser uma fábrica de alunos**. 2017. Disponível em: http://www.santadoroteia-rs.com.br/wp-content/uploads/2014/03/quando_a_escola_deixar_de_ser.pdf. Acesso em: 26 out. 2019.

MENEZES-FILHO, N. A. **Apagão de Mão de Obra Qualificada? As profissões e o mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010**. São Paulo: Centro de Políticas Públicas do Insper (Policy Paper n. 4), 2012.

_____. et al. O Impacto do Ensino Superior sobre o Trabalho e a Renda dos Municípios Brasileiros. São Paulo: Centro de Políticas Públicas do Insper (Policy Paper n. 20), 2016.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade: como ter trabalho e remuneração sempre**. 19. ed. São Paulo: Gente, 2002.

MINATTI, Z. D.; THOMÉ, N. A formação do professor para atuação em EAD nos cursos de Pedagogia de Santa Catarina. UNIPLAC. IX ANPED SUL. 2012.

MOORE, M.; KEARSLEY. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAIS, R. S.; VIANA, M. D. L. F.; CAMARGO, R. A. A. Caracterização dos (as) estudantes de cursos de pós- graduação (Lato sensu) na modalidade de educação a distância. In: Simpósio Internacional de Educação a Distância, 1, 2012, São Carlos. **Anais...** São Carlos: UFSC, 2012. p. 87-99.

MORAN, J. M. **Educação a Distância: pontos e contrapontos**, São Paulo: Summus Editorial, 2012.

NISKIER, A. **Educação a Distância: a tecnologia da esperança**. São Paulo: Loyola, 2008.

OLIVEIRA, D. A. Mobilidade Social. In: _____; DUARTE, A. M.C.; VIEIRA, L.M.F (Orgs.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

OLIVEIRA, R. V. A qualificação profissional como política pública. In: _____ (Org.). **Políticas Públicas de Qualificação: desafios atuais**. São Paulo: A+Comunicação, 2007.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Better life index**. 2014. Disponível em: <http://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/#/111111111111>. Acesso em: 16 jan. 2020.

ORTEGA, S. C. C. O papel da Educação à Distância no contexto da Universidade do Contestado. **Revista Linh@ Virtu@I**, v. 6, n. 1, p. 1-13, 2006.

PARANHOS, M. P. O ideário educacional em função das tendências de (des)qualificação do trabalho. In: Seminário do Trabalho, 7., 2010, Marília. **Anais...** Marília: SENAC, 2010.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia da aprendizagem em EAD**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

PEREIRA, R. F. O perfil socioeconômico dos alunos de um curso de ciências biológicas a distância: quem são os novos alunos? In: Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, 10, Belém, 2013. **Anais...** Belém: Unirede, 2013. p. 73-87.

PETERS, O. **A Educação a Distância em Transição: Tendências e Desafios**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

PICCININI, V.; TOLFO, S. R. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Rev Psicologia & Sociedade**, v. 19, Ed Esp 1, p. 38-46, 2007.

PIRES, V. Economia da Educação: para além do capital humano. São Paulo: Cortez, 2005.

POCHMANN, M. Políticas de ajuste econômico e desemprego no Brasil metropolitano nos últimos 35 anos. In: MACAMBIRA, J.; ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. (Orgs.). **Mercado de trabalho: qualificação, emprego e políticas sociais**. Fortaleza: IDT, 2016,

PRETI, O. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: UFMT, 2009.

RAJA, R.; NAGASUBRAMANI, P. C. Impact of modern technology in education. **Journal of Applied and Advanced Research**, v. 3, Supl. 1, p. 33-35, 2018.

RODRIGUES, R. S.; TAGA, V.; VIEIRA, E. M. F. Repositórios Educacionais: Estudos preliminares para a Universidade Aberta do Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 2, p. 181-207, 2011.

RUEDA, F. J. M., MARTINS, L. J.; CAMPOS, K. C. L. Empregabilidade: o que os alunos universitários entendem sobre isto?. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 6, n. 2, p. 63-73, 2004.

SAMPAIO, M. N.; LEITE, L. S. **Alfabetização Tecnológica do Professor**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTIAGO, P. E. S. Ensino superior e mercado de trabalho: a dificuldade dos profissionais do ensino superior para entrar no mercado de trabalho. **Revista Multidisciplinar em Educação e Saúde da Faculdade Regional Jaguaribana**, v. 1, n. 1, p. 46-8, 2016.

SILVA, E. R.; FERNANDES, R. S. R. Um estudo exploratório sobre a aplicação de técnicas de marketing na EAD. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, v. 1, n. 13, p. 1-25, 2012.

SILVA, L. P. et al. Educação Superior, Mobilidade Social e Expectativa Profissional: uma análise à luz da sociologia da educação. **Gestão & Planejamento**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 58-75, 2015.

SILVA, R. A. **Reflexões sobre o marketing educacional nos tempos da educação à distância**. 2008. 18 f. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Centro Universitário Claretiano, Batatais, 2008.

SOUZA, J. Os Batalhadores e a Transformação do Brasil. In: _____ (Org). **Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

STOKES, P. J. **Higher education and employability: New models for integrating study and work**. Cambridge: Harvard Education Press, 2015.

TORQUATO, S. **Formação em economia e o mercado de trabalho: uma visão a partir da Teoria do Capital Humano e análise dos egressos do curso de Economia da**

UNESC. 2011. 24 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

VELOSO, B. G.; MILL, D. Precarização do trabalho docente na educação a distância: elementos para pensar a valorização da docência virtual. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 129-132, 2018.

VIANA, G.; LIMA, J. F. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010.

VIANNEY, J. A ameaça de um modelo único para a EaD no Brasil. **Colabor@, Revista Digital da CVA- RICESU**, v. 5, n. 17, p. 29-59, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Caro entrevistado, este questionário contribui para a realização de uma pesquisa intitulada “IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, POLO MONTANHA-ES”.

Agradeço a sua contribuição!

1 Gênero

() Masculino

() Feminino

2 Idade ao término do curso superior modalidade à distância na Universidade Aberta do Brasil polo Montanha ES:

() Menos de 20 anos

() De 20 a 30 anos

() De 31 a 40 anos

() De 41 a 50 anos

() Mais de 51 anos

3 Por que procurou realizar um curso de ensino superior?

() Para melhoria profissional, pois já atuava na área;

() Por intenção de atuar na área;

() Para aumentar a renda;

() Para ocupar o tempo livre;

() Outro: _____

4 Por que optou a cursar o ensino superior à distância na Universidade Aberta do Brasil polo Montanha?

() Por maior flexibilidade de tempo;

- Por menor custo (deslocamento, alimentação e outros);
- Por facilidade do acesso digital a plataforma de ensino;
- Por oportunidade de ensino de superior gratuito;
- Outro: _____

5 A formação superior à distância na Universidade Aberta do Brasil polo Montanha contribuiu para aumentar a sua renda?

- Sim
- Não

6 Quantas pessoas vivem diretamente da sua renda atualmente?

- 1 pessoa.
- 2 a 3 pessoas.
- 4 a 5 pessoas.
- 5 a 7 pessoas.
- Mais de 7.

7 Depois de formado, quanto tempo levou para atuar na área de formação?

- Imediato após a formação;
- Em menos de 1 anos;
- De 1 anos à 2 anos;
- Mais que 2 anos;
- Não atuou na área de formação.

8 Sentiu-se parte integrante da comunidade acadêmica da Universidade Aberta do Brasil Polo Montanha?

- Sim
- Não

9 Você indicaria para alguém fazer um curso de formação superior na modalidade EAD Universidade Aberta do Brasil Polo Montanha.

- Sim
- Não

10 Sente-se capacitado(a) e seguro(a) para realizar intervenções a partir dos conhecimentos adquiridos na formação superior à distância?

() Sim

() Não

11 A formação superior à distância na Universidade Aberta do Brasil polo Montanha contribuiu para melhoria da sua vida pessoal?

() Sim

() Não

12 A formação superior à distância na Universidade Aberta do Brasil polo Montanha contribuiu para melhoria da sua carreira profissional?

() Sim

() Não

13 Depois de concluir o curso superior à distância na Universidade Aberta do Brasil Polo Montanha, voltou a fazer outro curso nesta mesma instituição?

() Sim

() Não

14 Em relação a qualidade do curso superior à distância realizado na Universidade Aberta do Brasil polo Montanha julga-se:

() Excelente

() Ótimo

() Bom

() Regular

() Ruim

15 Observou discriminação em relação a sua formação superior à distancia frente ao mercado de trabalho?

() Sim, frequentemente;

() Sim, raramente;

() Não.

16 Aponte as contribuições que a Universidade Aberta do Brasil polo Montanha promove na região:

APÊNDICE B – PROPOSTA DE SEMINÁRIO

Para a realização do seminário, serão apresentados abaixo, o convite, o cartaz e o roteiro com os slides a serem utilizados pela pesquisadora, durante a socialização dos resultados deste estudo para a equipe docente e técnica do Polo Montanha-ES, alunos e comunidade. Ao final da apresentação, será realizado um debate com a participação dos presentes, a fim de tirar dúvidas sobre a pesquisa, o ensino a distância e o funcionamento do referido Polo.

CONVITE



The image shows a green-bordered invitation card. At the top right is the logo of FVC Faculdade Vale do Cricaré. Below the logo, the text reads 'MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL'. The main title is 'CONVITE PARA SEMINÁRIO'. Below that, the topic is 'IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, POLO MONTANHA-ES'. The presenter is 'Apresentadora: Tarciana Oliveira da Silva Aroeira' and the supervisor is 'Orientadora: Profa. Dra. Luciana Teles Moura'. At the bottom, the date and location are 'Dia 25/03/2020 - Auditório da UAB Polo Montanha - 9h'.

FVC
FACULDADE
VALE DO CRICARÉ

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CONVITE PARA SEMINÁRIO

**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA PARA A
FORMAÇÃO PROFISSIONAL: ESTUDO DE CASO NA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL, POLO
MONTANHA-ES**

Apresentadora: Tarciana Oliveira da Silva Aroeira
Orientadora: Profa. Dra. Luciana Teles Moura

Dia 25/03/2020 - Auditório da UAB Polo Montanha - 9h

CARTAZ

**IMPORTÂNCIA DA
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PARA A FORMAÇÃO
PROFISSIONAL:
ESTUDO DE CASO NA
UNIVERSIDADE ABERTA
DO BRASIL, POLO
MONTANHA-ES**

Dia 25 de março de 2020

Local: UAB Polo Montanha

9h - 9h30 - Credenciamento

9h30 - Apresentação dos resultados da pesquisa da mestranda Tarciana Oliveira da Silva Aroeira, da Faculdade Vale do Cricaré, sobre a EAD no Polo Montanha.

11h - Debate

O convite é estendido a alunos de graduação e pós-graduação, técnicos, professores e demais interessados

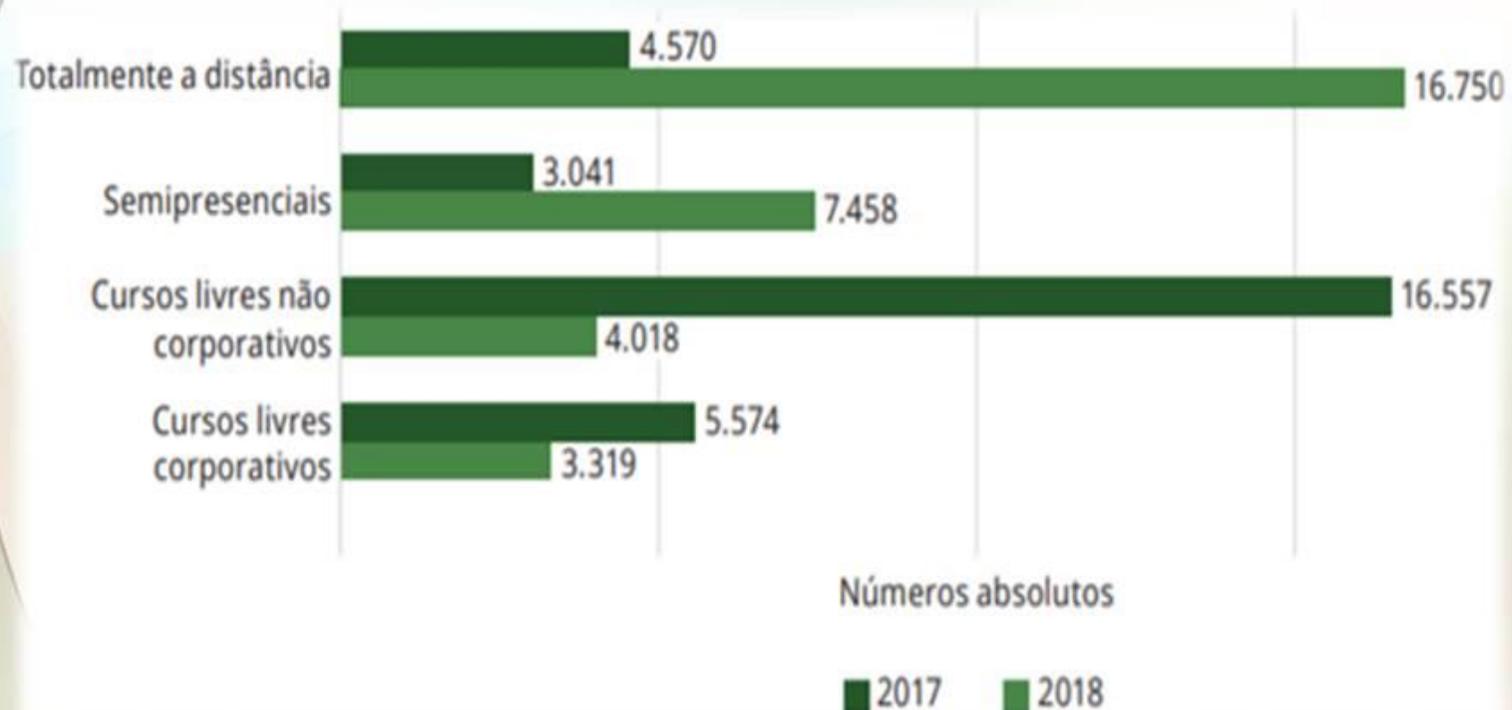
ROTEIRO DA APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

SEMINÁRIO

**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO
PROFISSIONAL:
ESTUDO DE CASO NA UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL, POLO
MONTANHA-ES**

- **Apresentação pessoal**
- **Motivação para a pesquisa**
- **Objetivo da pesquisa**

Expansão da EAD no país



Fonte: BRASIL. Censo da Educação Superior 2018. Brasília: Ministério da Educação, 2019.

Universidade Aberta do Brasil - UAB

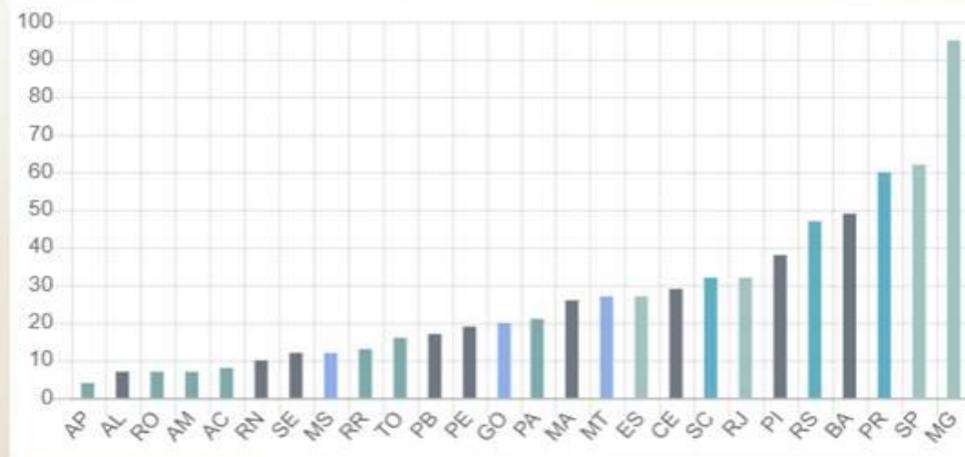
Criação - Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006

697 polos, distribuídos nos 26 estados do país

216 polos na Região Sudeste

27 polos no estado do Espírito Santo

1 polo em Montanha



Fonte: BRASIL. **Sistema de Universidade Aberta da Brasil**. Disponível em: <http://uab.educacaoaberta.org/>. Acesso em: 22 out. 2019.

Polo UAB Montanha

Dados Polo UAB de Montanha - 2019

Cursos	Nº de alunos
Filosofia	19
História	24
Pedagogia	99
Administração	4
Epidemiologia	20
Total	166

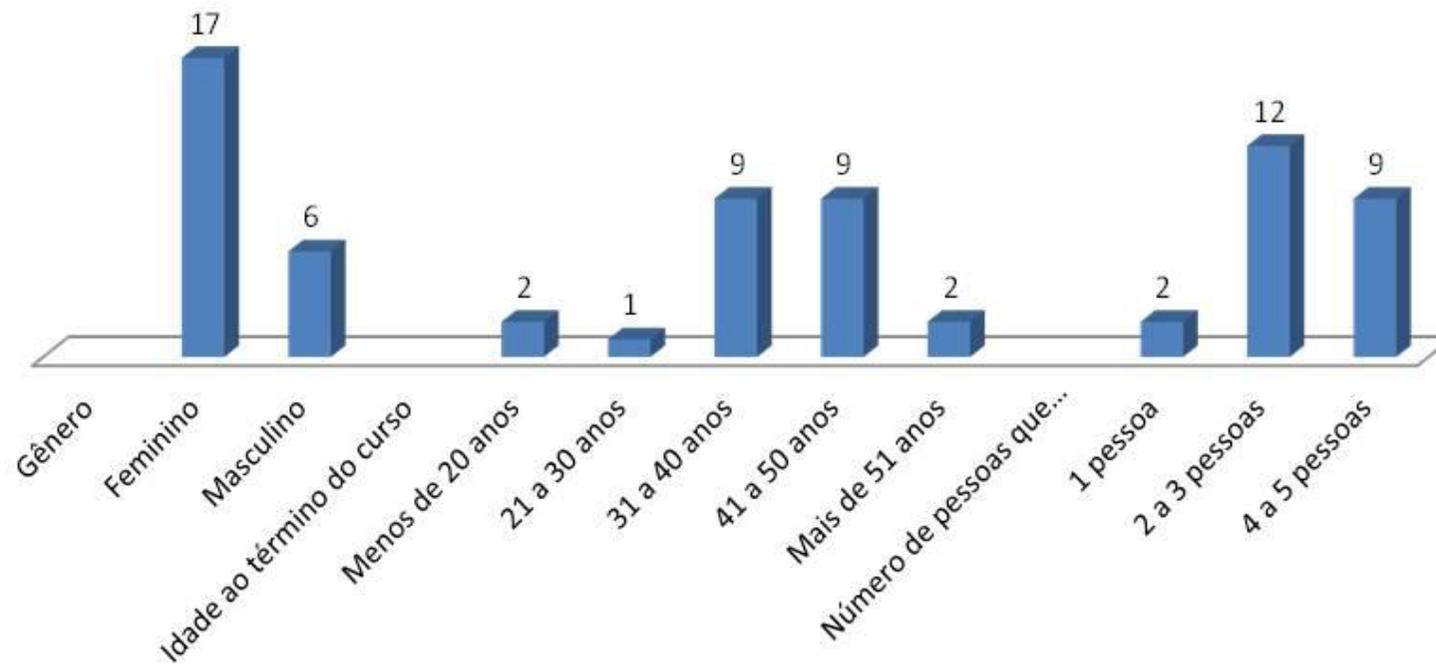
Visão geral da pesquisa

Amostra – 23 egressos dos cursos de graduação e licenciatura da Universidade Aberta do Brasil, Polo Montanha-ES.

Coleta de dados - questionário semi-estruturado, aplicado através de um formulário criado no aplicativo Google Docs

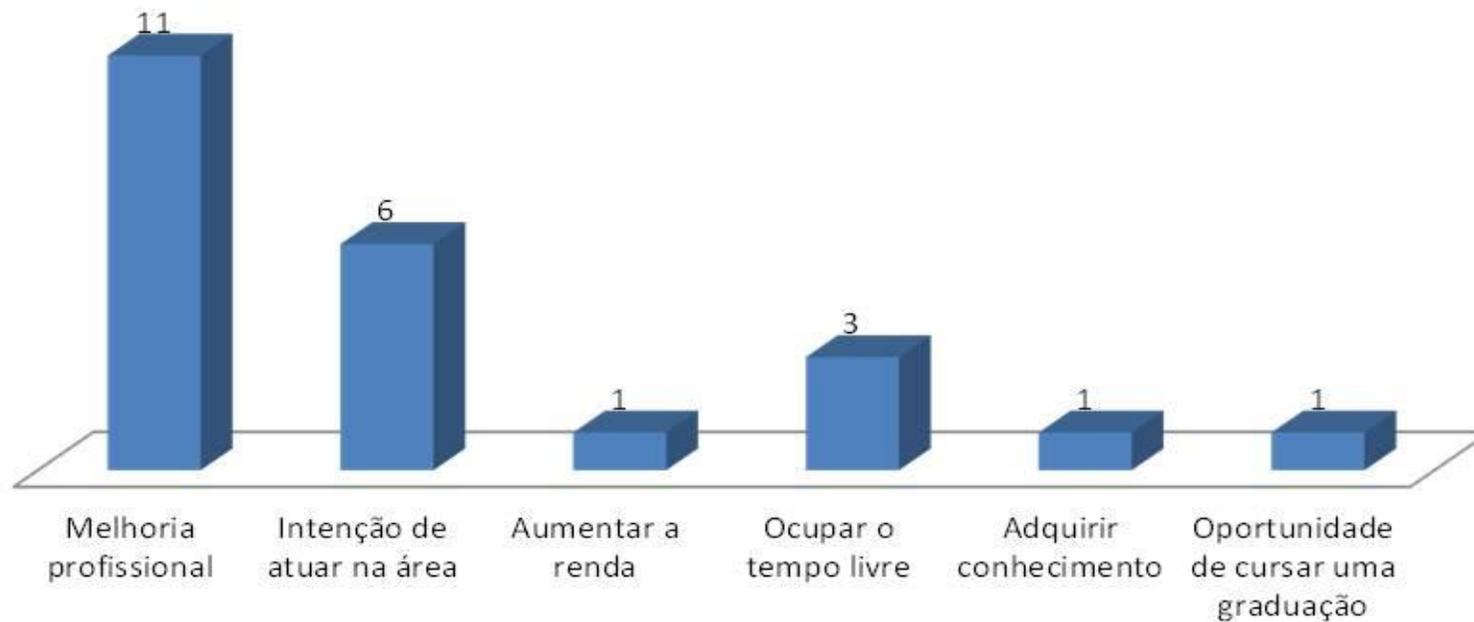
RESULTADOS DA PESQUISA

Perfil da amostra



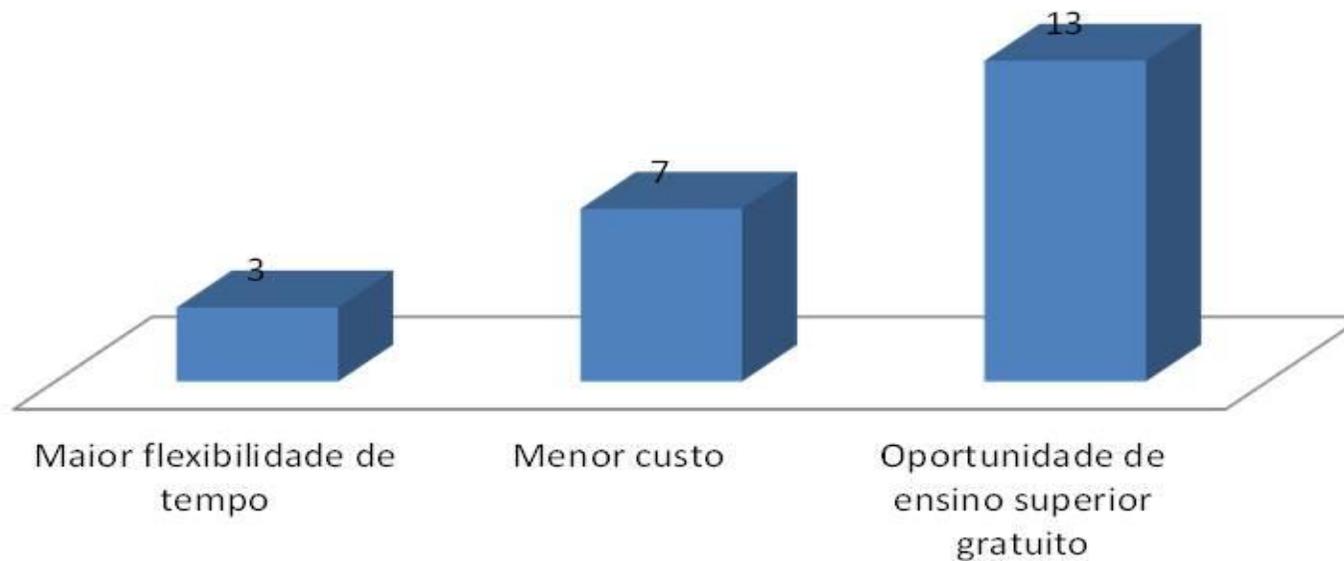
RESULTADOS DA PESQUISA

Motivo da procura pelo curso



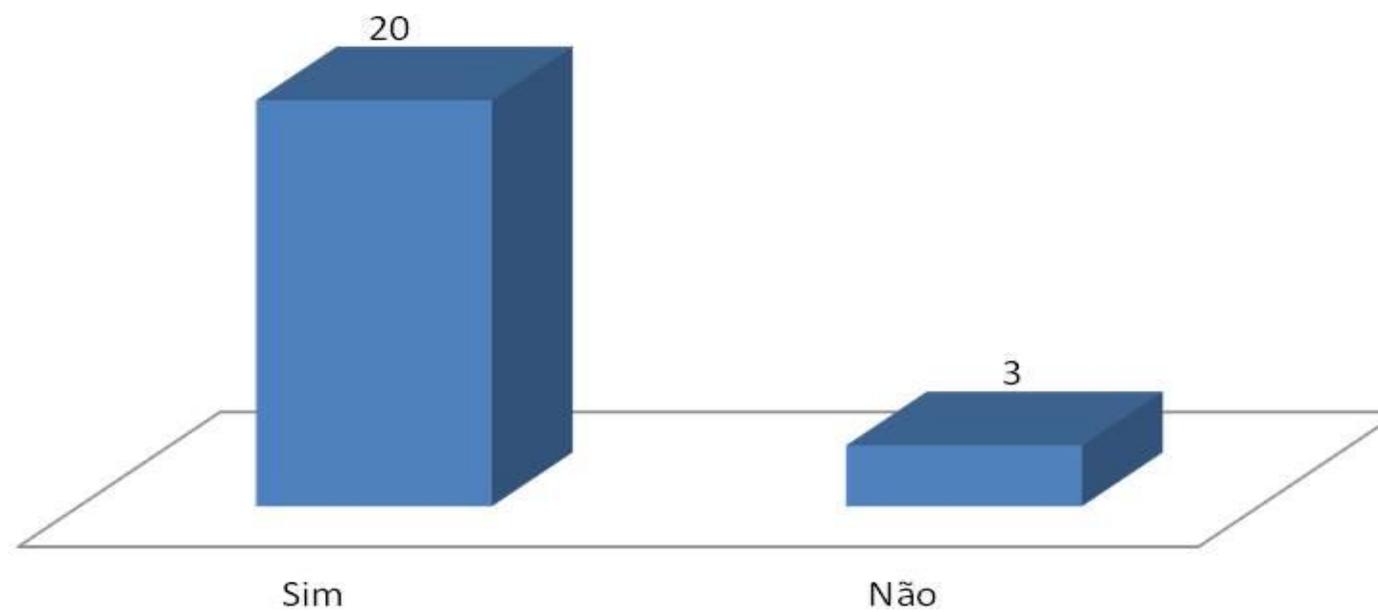
RESULTADOS DA PESQUISA

Motivo da opção pela EAD



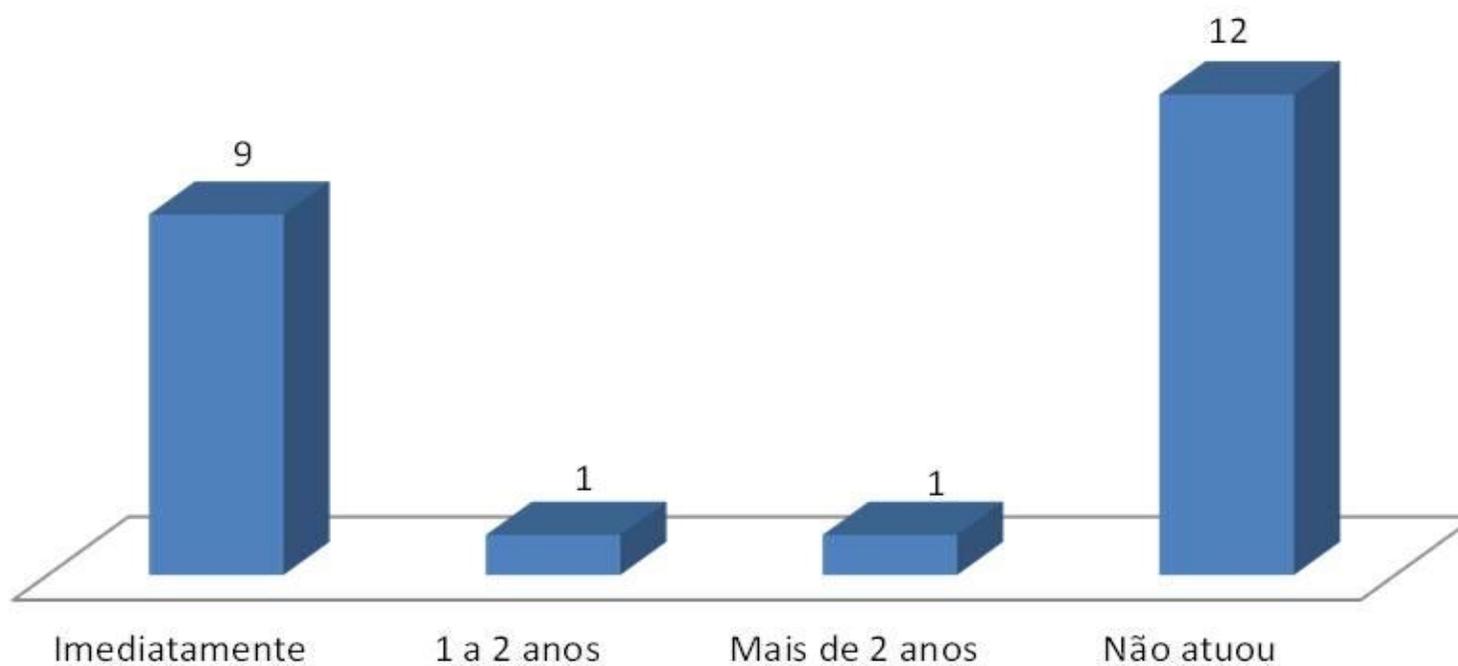
RESULTADOS DA PESQUISA

O curso contribuiu para aumento da renda



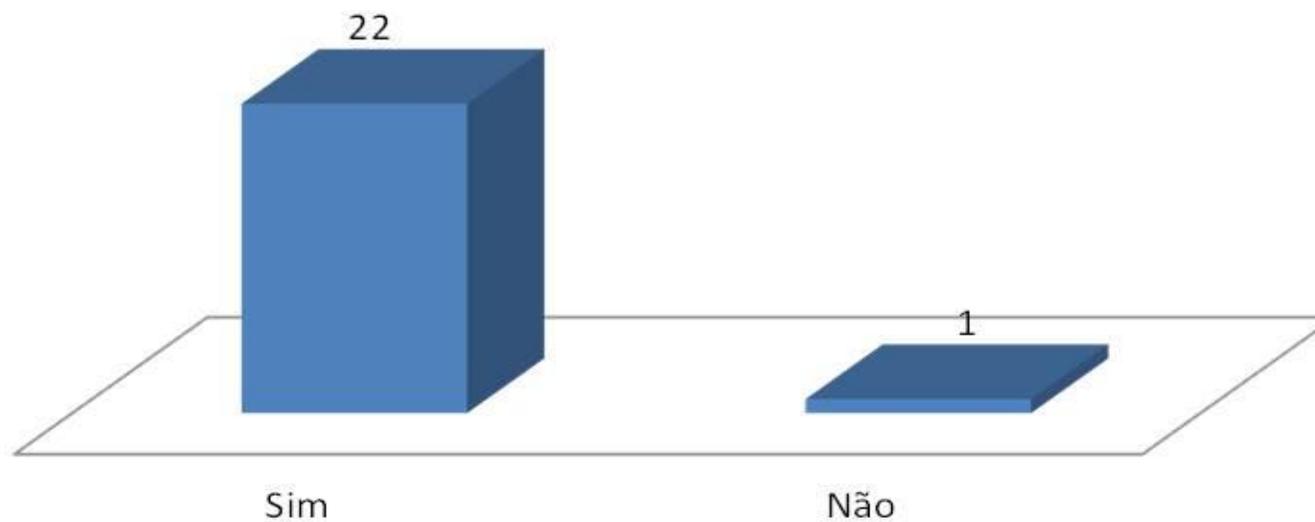
RESULTADOS DA PESQUISA

Tempo para atuar na área de formação



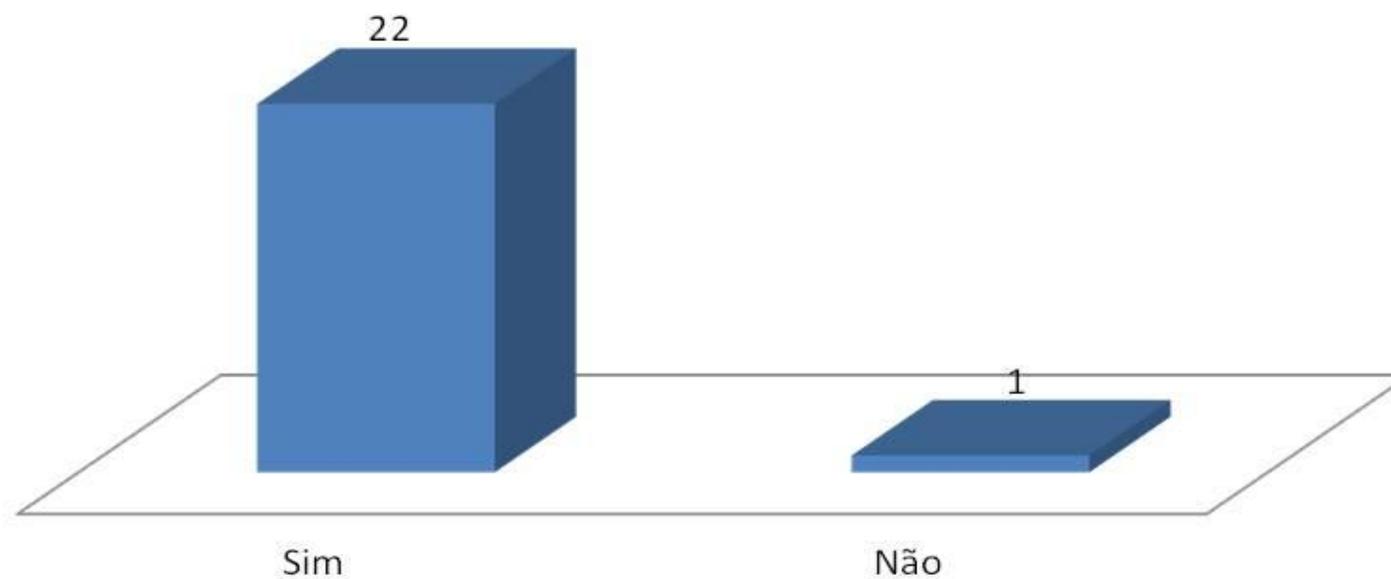
RESULTADOS DA PESQUISA

Sentiu-se parte integrante da comunidade acadêmica



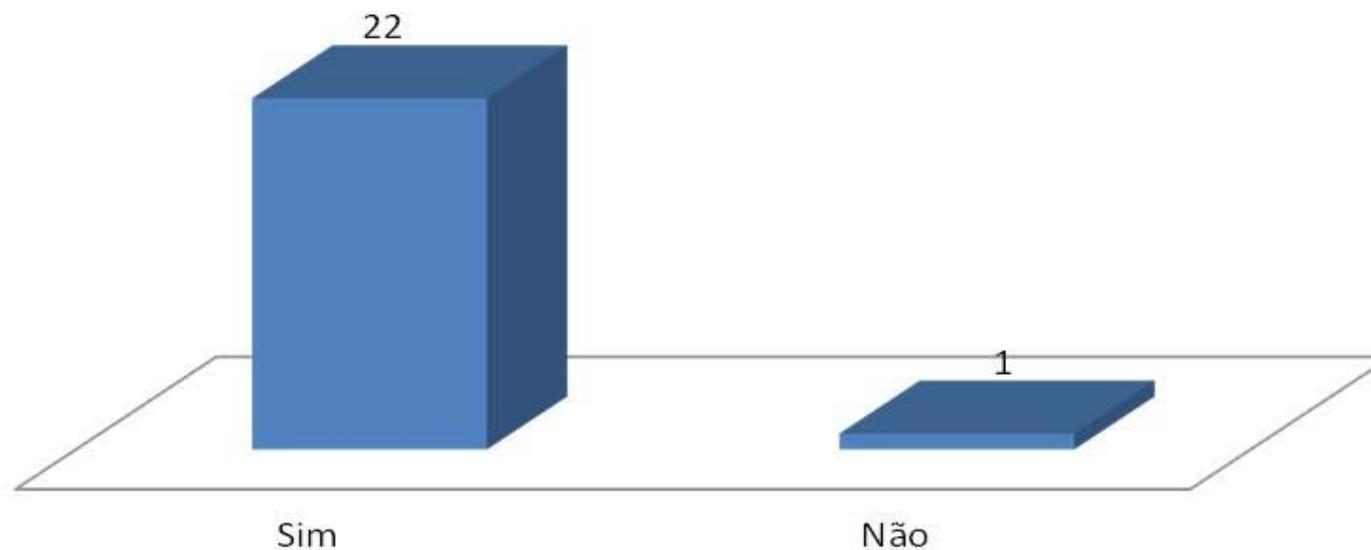
RESULTADOS DA PESQUISA

Indicaria um curso EAD no Polo Montanha



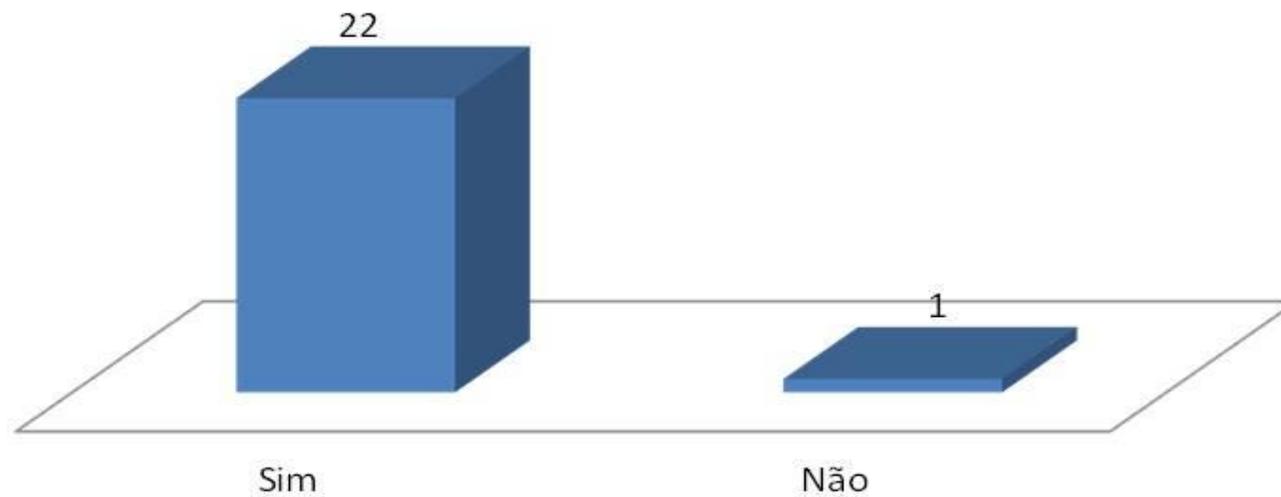
RESULTADOS DA PESQUISA

Sente-se capacitado e seguro após o curso



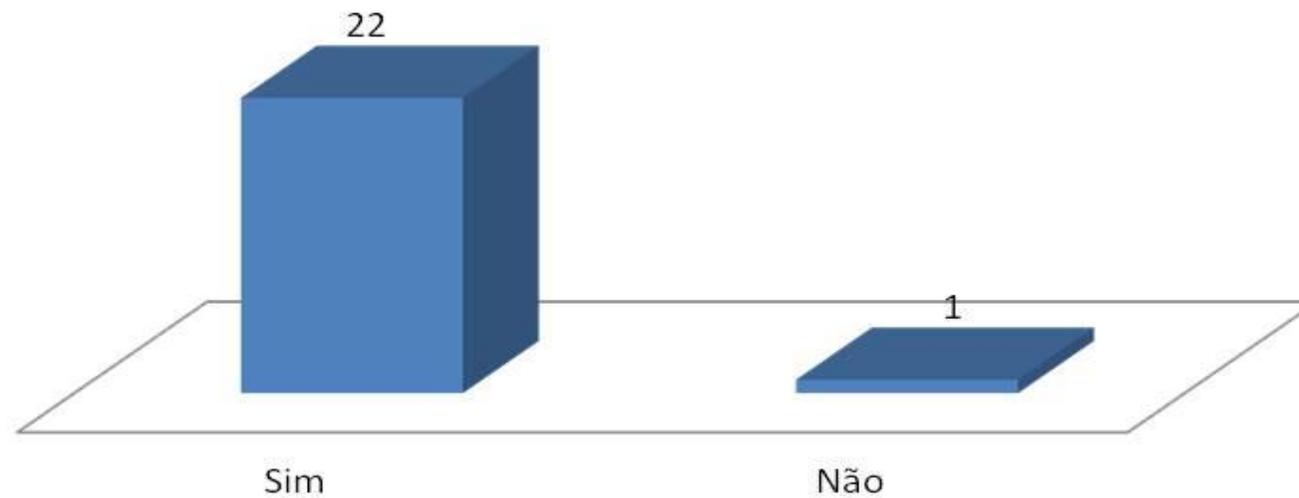
RESULTADOS DA PESQUISA

A formação contribuiu para melhoria pessoal



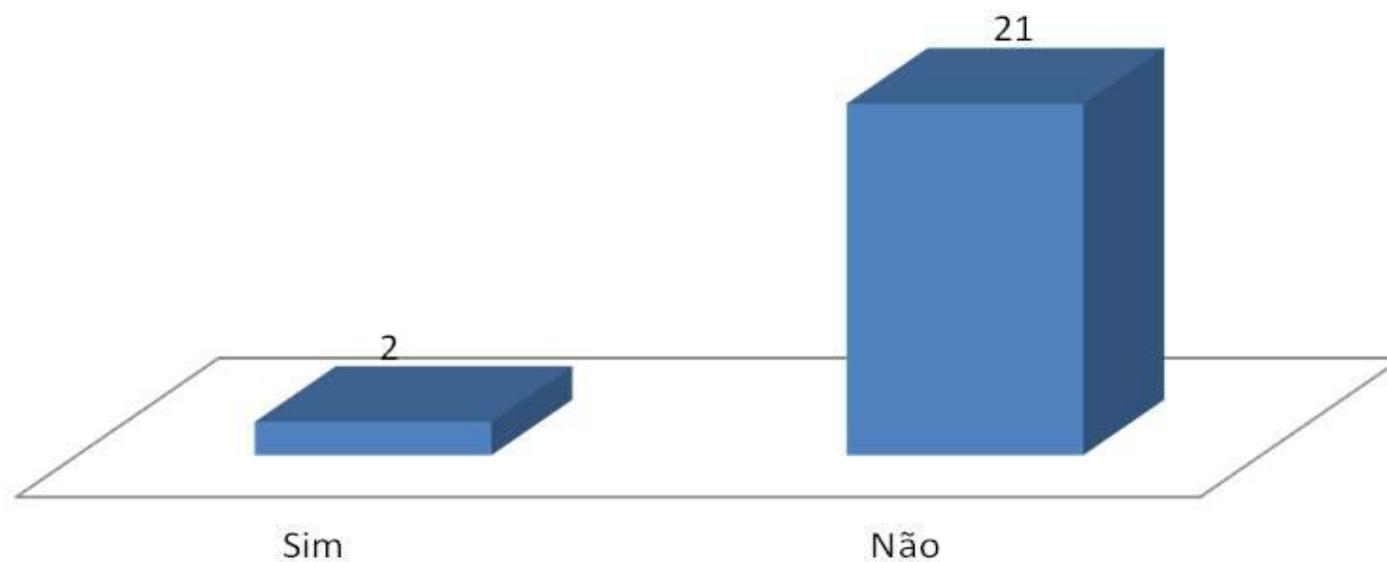
RESULTADOS DA PESQUISA

A formação contribuiu para melhoria profissional



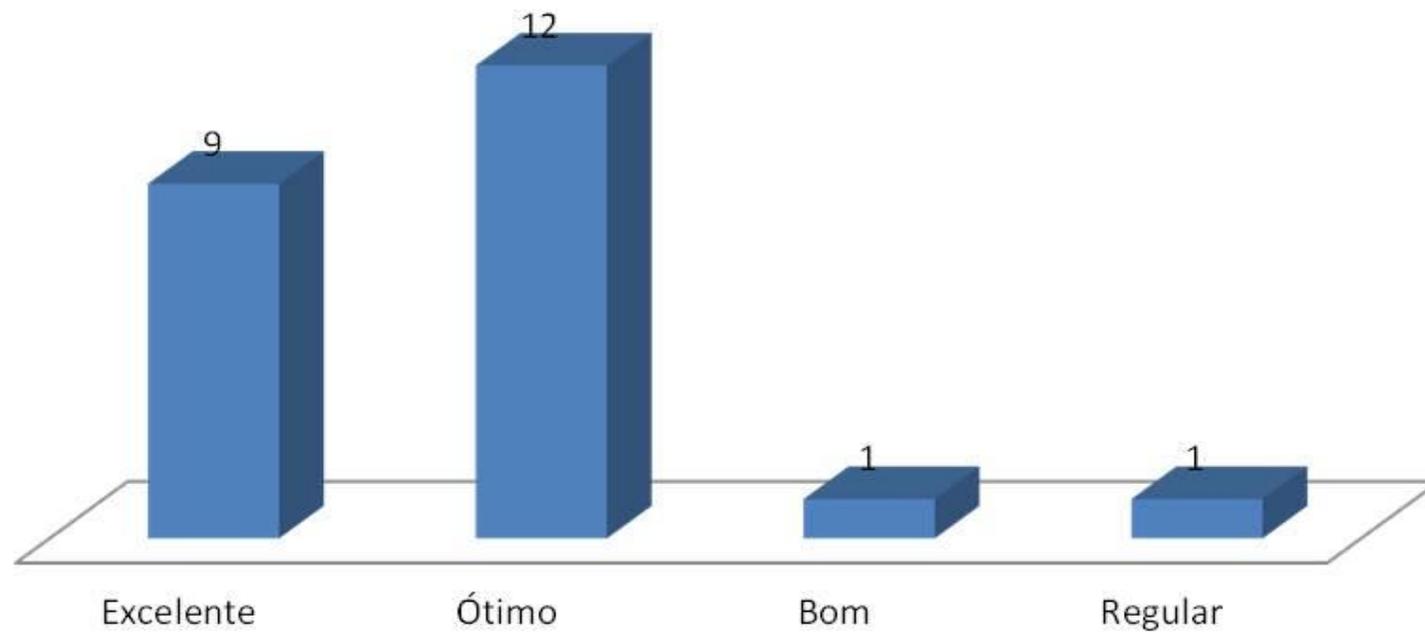
RESULTADOS DA PESQUISA

Voltou a fazer cursos no polo



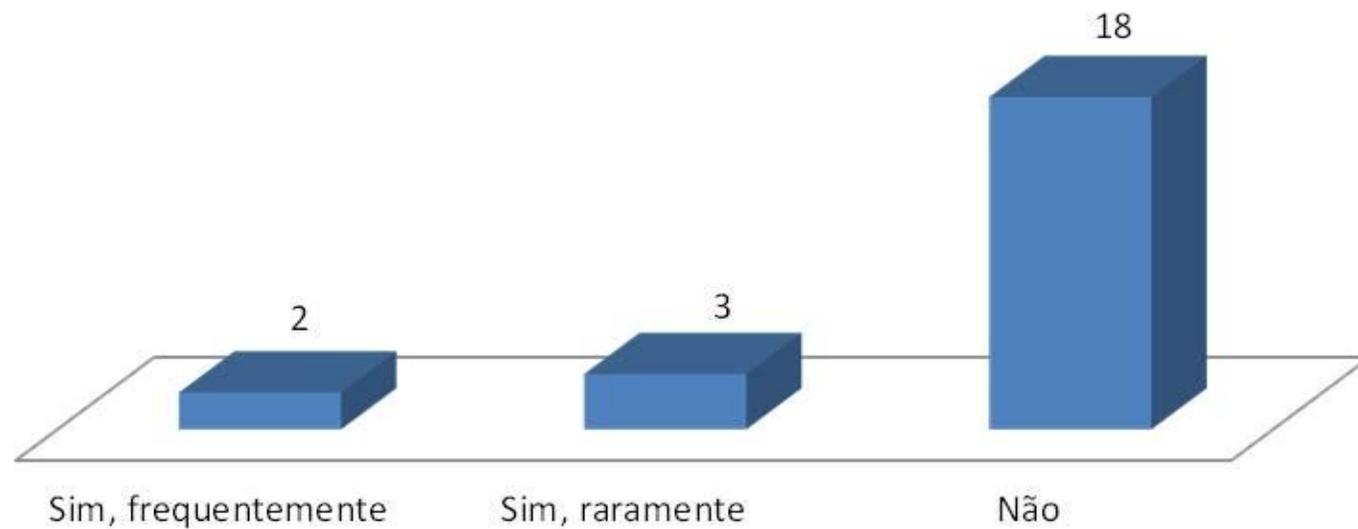
RESULTADOS DA PESQUISA

Qualidade do curso



RESULTADOS DA PESQUISA

Discriminação da formação no mercado de trabalho



Contribuições que a Universidade Aberta do Brasil polo Montanha promove na região na visão dos entrevistados:

qualificação de qualidade

oportunidade de estudo para aqueles que não têm condições financeiras para estudar em instituições privadas, assim como para quem não dispõe de tempo para fazer um curso presencial

oportunidade de formação e melhoria de vida

maior interação entre os profissionais da área

valorização do profissional da região (município)

formação de profissionais capacitados para atuar no mercado de trabalho

universalização do ensino

oportunizar ao estudante obter uma graduação com maior comodidade

excelência acadêmica

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Na visão dos estudantes, a UAB Polo Montanha oferece cursos de excelente qualidade, integrando-os na comunidade acadêmica e levando-os a uma melhoria profissional e pessoal, além do aumento da renda, tendo sido considerado positivo em todos os aspectos.



Agradecimentos

Roda de conversa